



Monitor ODS Pará

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



20
25



Monitor ODS Pará

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Relatório Municipal ODS 2025 Curralinho



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Helder Zahluth Barbalho
Governador do Estado do Pará

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS - FAPESPA

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Deyvison Andrey Medrado Gonçalves
Diretor Científico

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Atyliana do Socorro Leão Dias dos Santos
Diretora de Estatística, Tecnologia e Gestão
da Informação

Luziane Cravo Silva
Diretora de Pesquisas e Estudos Ambientais

Juliano Gotardo Pancieri
Diretor Administrativo

Nicolau Sávio de Oliveira Ferrari
Diretor de Operações Técnicas

Oswaldo Trindade Carvalho
Diretor de Planejamento, Orçamento e Finanças

EXPEDIENTE

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Marcelo Santos Curralinho
Coordenador de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza – FAPESPA
Coordenador Geral da Pesquisa

Marcelo Santos Curralinho – FAPESPA
Coordenação Técnica

**Coordenadoria de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural - CEEAC/FAPESPA**
Revisão Técnica

**Centro Educacional de Tecnologia Social
da Amazônia – AMAZON CETEC**
Organização

ÍNDICE

Introdução..... 8

Objetivo 1 - Erradicação da Pobreza..... 9

1 – Evolução da Taxa de Pobreza..... 9

2 – Despesas Públicas com Serviços Essenciais..... 10

Objetivo 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável..... 11

3 – Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer..... 12

4 – Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)..... 13

Objetivo 3 - Boa Saúde e Bem-Estar..... 14

5 – Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)..... 14

6 – Número de Médicos por 10 mil habitantes..... 15

Objetivo 4 - Educação de Qualidade..... 17

7 – Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes..... 17

8 – Percentual de Escolas com Acesso à Internet..... 18

Objetivo 5 - Igualdade de Gênero..... 19

9 – Violência Contra a Mulher por Parceiros..... 19

10 – Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres..... 20

Objetivo 6 - Água Potável e Saneamento..... 22

11 – Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto..... 22

12 – Gasto Municipal com Saneamento per capita..... 23



	Objetivo 7 - Energia Limpa e Acessível.....	24
	13 – Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.).....	24
	14 – Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.....	25
	Objetivo 8 – Emprego Decente e Crescimento Econômico.....	27
	15 – Empregos Formais por Mil Habitantes.....	27
	16 – PIB per capita.....	28
	Objetivo 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura.....	29
	17 – Valor Adicionado da Indústria (% do PIB).....	30
	18 – Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.....	31
	Objetivo 10 – Redução das Desigualdades.....	32
	19 – Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).....	33
	Objetivo 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis.....	34
	20 – Acesso à Telefonia Móvel.....	34
	21 – Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental.....	35
	Objetivo 12 – Consumo e Produção Responsáveis.....	36
	22 – Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo.....	37
	23 – População de Baixa Renda com fossa rudimentar.....	38
	Objetivo 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima.....	39
	24 – Gastos per capita com prevenção de desastres.....	39
	Objetivo 14 – Vida na Água.....	41
	25 – Despesa per capita com preservação aquática.....	41
	Objetivo 15 – Vida Terrestre.....	42
	26 – Percentual da Área de Floresta em relação à área total.....	43
	27 – Percentual da Área Desmatada em relação à área total.....	44
	Objetivo 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes.....	45
	28 – Trabalho Infantil por 100 mil habitantes.....	45
	29 – Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.....	46
	Objetivo 17 – Parcerias e Meios de Implementação.....	47
	30 – Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB.....	48
	31 – Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).....	49
	Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS).....	50
	Anexo I - Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027.....	51

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Curralinho x RI Marajó x Pará (2019-2023)	10
Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Curralinho x RI Marajó x Pará (2019-2023)	11
Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Curralinho x RI Marajó x Pará (2019-2023)	12
Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Curralinho x RI Marajó x Pará (2019-2023)	13
Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Curralinho x RI Marajó x Pará (2019-2023)	15
Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Curralinho x RI Marajó x Pará (2019-2023)	16
Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Curralinho x RI Marajó x Pará (2019- 2023)	18
Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Curralinho x RI Marajó x Pará (2019-2023)	19
Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Curralinho x RI Marajó x Pará (2019-2023)	20
Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Curralinho x RI Marajó x Pará (2019-2023)	21
Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Curralinho x RI Marajó x Pará (2019-2023)	23
Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Curralinho x RI Marajó x Pará (2019-2023)	24
Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Curralinho x RI Marajó x Pará (2019-2023)	25



LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Currálinho x RI Marajó x Pará (2019-2023).....	26
Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Currálinho x RI Marajó x Pará (2019-2023).....	28
Gráfico 16 - PIB per capita, Currálinho x RI Marajó x Pará (2018-2022).....	29
Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Currálinho x RI Marajó x Pará (2018-2022)	31
Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Currálinho x RI Marajó x Pará (2019-2023)	32
Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Currálinho x RI Marajó x Pará (2019-2022)	33
Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Currálinho x RI Marajó x Pará (2019-2023)	35
Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Currálinho x RI Marajó x Pará (2019-2023)	36
Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Currálinho x RI Marajó x Pará (2019-2023)	37
Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Currálinho x RI Marajó x Pará (2019-2023)	38
Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Currálinho x RI Marajó x Pará (2019-2023)	40
Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Currálinho x RI Marajó x Pará (2019-2023)	42
Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Currálinho x RI Marajó x Pará (2019-2023)	43
Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Currálinho x RI Marajó x Pará (2019-2023).....	44
Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Currálinho x RI Marajó x Pará (2019-2023)	46
Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Currálinho x RI Marajó x Pará (2019-2023)	47
Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Currálinho x RI Marajó x Pará (2018-2022)	48
Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Currálinho x RI Marajó x Pará (2019-2023).....	49
Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Currálinho x RI Marajó x Pará (2025)	50

INTRODUÇÃO

A Agenda 2030, aprovada em 2015 durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Geral das Nações Unidas, representa um compromisso assumido globalmente para promover o desenvolvimento sustentável em suas dimensões social, econômica e ambiental. Como resultado desse acordo internacional, foram estabelecidos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, com início de implementação em 2016, por meio de um plano de ação integrado. Esse plano prevê a colaboração ativa de diversos setores — governos, sociedade civil, setor privado, academia e o sistema das Nações Unidas — e reconhece a erradicação da pobreza como o principal desafio a ser enfrentado, o que justifica sua posição como o primeiro dos ODS.

Alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o **Monitor ODS Pará 2025** constitui um importante instrumento de acompanhamento

to e avaliação das metas da Agenda 2030 nos 144 municípios paraenses. A iniciativa é resultado do *Observatório ODS-FAPESPA*, vinculado à Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural (DIEPSAC), conforme instituído pela Portaria nº 020/2020 – GAB/FAPESPA.



O objetivo do Monitor é consolidar relatórios e análises de dados que permitam compreender o desempenho local em relação aos 17 ODS, oferecendo uma base confiável para o planejamento estratégico e a formulação de políticas públicas mais eficazes.

A análise apresentada neste documento baseia-se em um conjunto de 88 indicadores socioeconômicos e ambientais, vinculados às metas específicas da Agenda 2030. A seleção desses indicadores teve como objetivo refletir, de maneira clara e objetiva, os avanços e os desafios enfrentados pelo município em diversas áreas, como saúde, educação, meio ambiente, infraestrutura e igualdade social.

Dessa forma, este relatório tem como propósito fortalecer a cultura de monitoramento e avaliação contínua, contribuindo para uma gestão pública mais transparente, eficiente e alinhada com o compromisso de promover o desenvolvimento sustentável no município de **Curralinho (PA)**.



ODS 1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA

Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 1 (ODS 1) tem como meta eliminar a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares, por meio da erradicação da pobreza extrema e da redução pela metade da população em situação de vulnerabilidade, tanto monetária quanto não monetária. O avanço da pobreza, além de ser injustificável, compromete a dignidade de milhões de pessoas, gerando

desigualdades que fragilizam a coesão social e dificultam o progresso econômico. Entre as principais causas da pobreza estão o desemprego, a exclusão social e a alta vulnerabilidade de certos grupos a desastres naturais e doenças, fatores que agravam a desigualdade e contribuem para a desnutrição, o acesso limitado à educação, a discriminação e outros obstáculos ao desenvolvimento humano.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 1**: Evolução da Taxa de Pobreza e as Despesas Públicas com Serviços Essenciais.



Evolução da Taxa de Pobreza

No município de Currallinho, a taxa de pobreza manteve-se elevada durante todo o período analisado, iniciando com 72,8% em 2019 e encerrando em 2023 com 71,1%, após atingir seu pico de 74,1% em 2021. Na Região de Integração Marajó, oscilou entre 68,1% em 2020 e 73,9% em 2022, encerrando em 68,2% em 2023. Já no estado do Pará, a taxa foi consideravelmente menor: variou de 41,5% em 2020 a 59,2% em 2022, reduzindo-se para 43,8% em 2023. A diferença entre os níveis territoriais evidencia a persistente desigualdade regional, com Currallinho e o Marajó apresentando taxas aci-

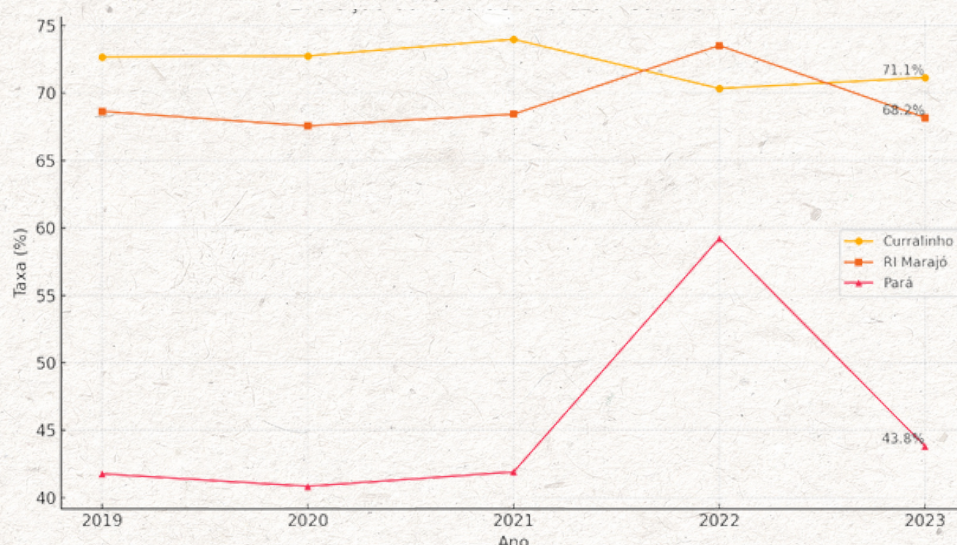
ma da média estadual em todos os anos (Gráfico 1).

A tendência geral é de relativa estabilidade em Currallinho, com variações pequenas, enquanto o estado do Pará apresenta uma oscilação mais acentuada, principalmente entre 2021 e 2022, período em que a pobreza saltou 17 pontos percentuais. Apesar da leve queda em 2023 em todas as regiões, os dados revelam um quadro preocupante para Currallinho, que continua com mais de 70% da população em situação de pobreza, contrastando com o patamar estadual de 43,8%. Isso reforça a necessidade de políticas públicas mais intensas e focali-



zadas para o Marajó (Gráfico 1).

Gráfico1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Curralinho x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 71,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

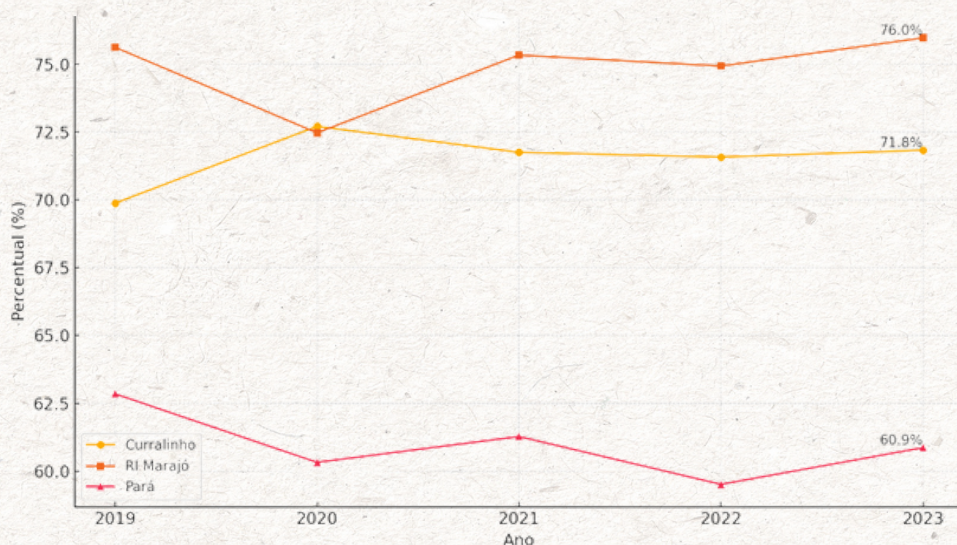
Despesas Públicas com Serviços essenciais

As despesas públicas com serviços essenciais em Curralinho apresentaram um comportamento relativamente estável no período analisado. Em 2019, o percentual era de 70%, subindo para 72,5% em 2020, e mantendo-se próximo a esse valor nos anos seguintes, encerrando 2023 com 71,8%. Já na RI Marajó, o índice começou em 75,7%, caiu em 2020 para 72,6%, mas logo voltou a crescer, atingindo 76% em 2023. O estado do Pará, por sua vez, apresentou os menores percentuais, iniciando com 62,7% em 2019 e encerrando com 60,9% em 2023, após cair para 59,4% em 2022 (Gráfico 2).

Esse comportamento evidencia que Curralinho e o Marajó mantêm um esforço proporcionalmente maior de alocação de recursos em serviços essenciais, quando comparados ao estado. Apesar da estabilidade em Curralinho, é relevante destacar que a RI Marajó mostra maior capacidade de recuperação e ampliação desses investimentos. Por outro lado, o estado do Pará permanece em patamar mais baixo, com queda de quase dois pontos percentuais entre 2019 e 2023. Essa diferença pode refletir maior dependência de serviços públicos nos territórios mais vulneráveis, como Curralinho e Marajó (Gráfico 2).



Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Currallinho x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: STN.

ODS 2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

O Objetivo 2 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU tem como foco garantir o acesso universal a uma alimentação de qualidade. Essa meta é essencial para a construção de um futuro mais justo e equilibrado para o planeta e todos os seus habitantes. Por isso, erradicar a fome, assegurar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável são prioridades desse objetivo.

Segundo a definição da Organização das Nações Unidas,

há segurança alimentar quando todas as pessoas, em qualquer momento, têm acesso físico, social e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos, que atendam às suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, permitindo uma vida ativa e saudável. Quando essas condições não são atendidas, ocorre a chamada insegurança alimentar ou, de forma mais direta, a fome.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 2**: Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer e Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).

Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável.

Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer

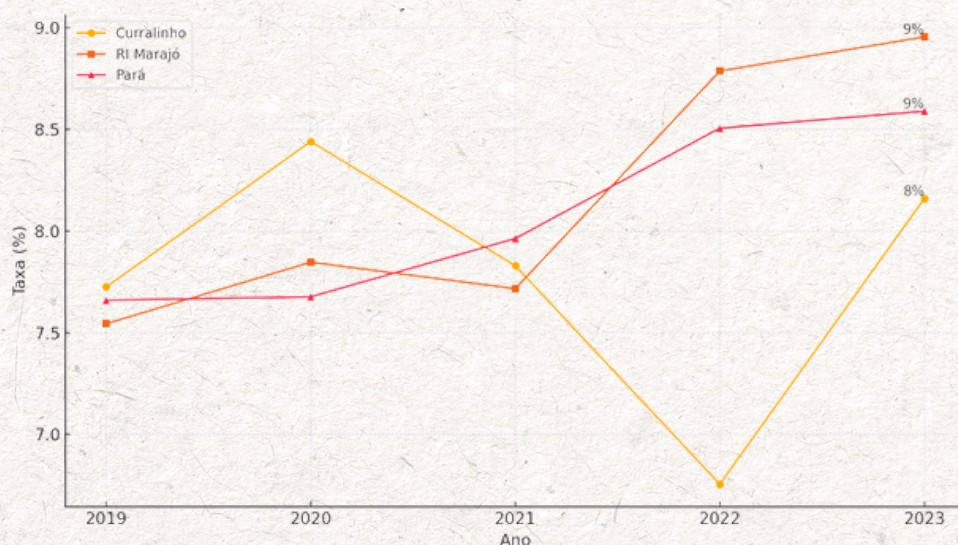
Em Curralinho, a prevalência de crianças com baixo peso ao nascer apresentou flutuações importantes. O índice subiu de 7,7% em 2019 para 8,4% em 2020, caiu para 6,7% em 2022 o menor valor do período e depois aumentou para 8% em 2023. Na RI Marajó, a tendência foi de crescimento contínuo, iniciando em 7,6% em 2019 e chegando a 9% em 2023. O estado do Pará também seguiu essa tendência, partindo de 7,6% em 2019 para 8,6% em 2022 e 9% em 2023 (Gráfico 3).

Esse aumento geral do indi-

cador na RI Marajó e no estado do Pará sugere um agravamento das condições gestacionais e de saúde neonatal na região. Curralinho, embora apresente variações, encerra o período com um valor inferior à média estadual. O pico mais baixo em 2022 pode indicar ações pontuais de atenção básica à saúde materna, mas o crescimento em 2023 mostra que o problema persiste. Esses dados reforçam a importância da continuidade de políticas públicas voltadas à assistência pré-natal e à nutrição materno-infantil (Gráfico 3).



Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Curralinho x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS.

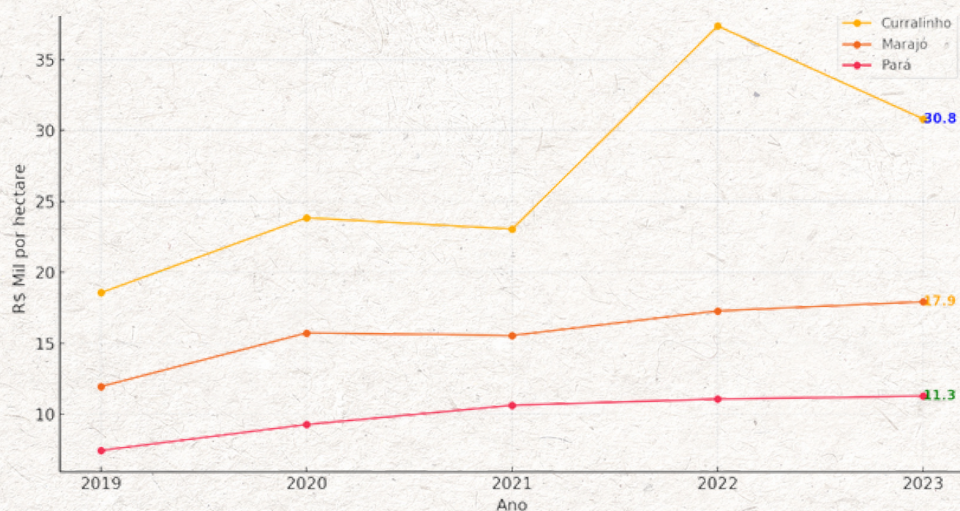
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)

Curralinho apresentou crescimento significativo na produtividade agrícola entre 2019 e 2022, passando de R\$ 18,7 mil/ha para o pico de R\$ 37,4 mil/ha em 2022. Em 2023, houve leve recuo para R\$ 30,8 mil/ha, ainda assim mantendo-se acima da média regional e estadual. A RI Marajó evoluiu de R\$ 12,1 mil/ha em 2019 para R\$ 17,9 mil/ha em 2023, com crescimento constante. O Pará apresentou os menores valores, mas com evolução positiva: de R\$ 7,3 mil/ha em 2019 para R\$ 11,3 mil/ha em 2023 (Gráfico 4).

Esse desempenho coloca Curralinho em posição de destaque dentro da produção agrícola, demonstrando uma notável capacidade produtiva, possivelmente relacionada à expansão de cadeias produtivas locais ou à melhoria de técnicas de cultivo. A leve queda em 2023 não compromete essa trajetória ascendente. Em contraste, a RI Marajó e o estado do Pará mostram crescimento mais lento e consistente, refletindo um processo de modernização agrícola em ritmo mais gradual. A disparidade sugere potencial de Curralinho como polo de produtividade dentro da região (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Curralinho x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 30,8 mil/ha, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 18 mil/ha. Portanto, a meta foi alcançada.





ODS 3 BOA SAÚDE E BEM-ESTAR

A Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu a Saúde e o Bem-Estar como uma de suas principais metas a serem alcançadas até 2030. Para a ONU, saúde não se resume apenas à ausência de doenças, mas envolve o completo bem-estar físico, mental e social. Isso significa que promover a saúde exige a atuação conjunta de indivíduos, da sociedade e do poder público. Para isso, são necessárias ações em diversas frentes, com metas claras e específicas voltadas para esse objetivo.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 3**: Taxa de Mortalidade (por mil nascidos vivos) e Número de Médicos por 10 mil habitantes.

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

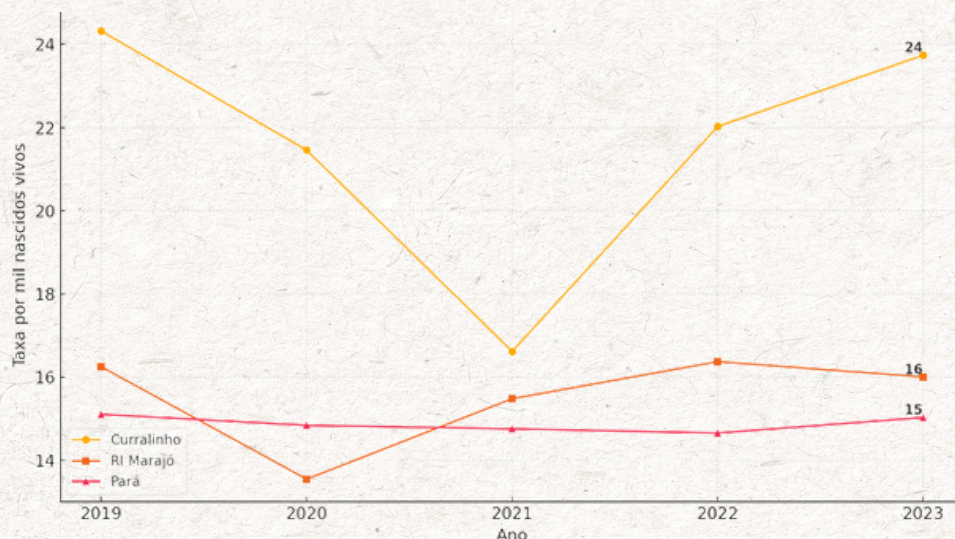
Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)

Em Curralinho, a taxa de mortalidade infantil começou alta em 2019, com 24,3 óbitos por mil nascidos vivos, caindo até 2021, quando chegou a 16,6. No entanto, houve aumento nos anos seguintes, atingindo 24,0 em 2023, quase retornando ao patamar inicial. Já na RI Marajó, a taxa variou entre 13,6 (2020) e 16,3 (2022), encerrando 2023 com 16,0. O estado do Pará manteve uma estabilidade maior, entre 14,7 (2022) e 15,0 (2023). O dado de Curralinho em 2023 revela uma situação crítica frente aos demais níveis territoriais (Gráfico 5).

A oscilação acentuada em Curralinho aponta fragilidade na rede de atenção básica e nos cuidados materno-infantis. A queda entre 2019 e 2021 pode indicar ações pontuais eficazes, mas o crescimento até 2023 reforça a necessidade de políticas contínuas. Em contraste, tanto a RI Marajó quanto o estado apresentaram menor variação, com taxas próximas de 15 óbitos por mil nascidos. A discrepância entre Curralinho e o estado (24,0 contra 15,0 em 2023) mostra desigualdades preocupantes na garantia do direito à vida (Gráfico 5).



Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Currallinho x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 24 Óbitos/Mil Nascido Vivos, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Óbitos/Mil Nascido Vivos. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

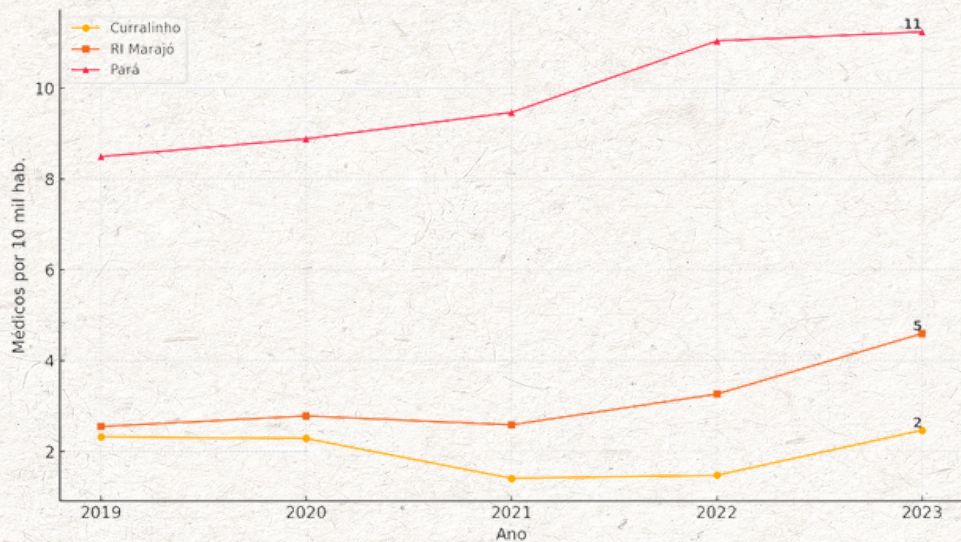
Número de Médicos por 10 mil habitantes

Currallinho apresentou baixa disponibilidade de médicos ao longo do período, iniciando com 2,3 profissionais por 10 mil habitantes em 2019 e repetindo esse patamar em 2023, após queda para 1,4 em 2021 e 2022. A RI Marajó também apresentou valores baixos, mas com crescimento: de 2,6 (2019) para 4,7 (2023). Já o estado do Pará apresentou crescimento contínuo, saindo de 8,5 médicos em 2019 para 11,0 em 2023 (Gráfico 6).

A diferença entre Currallinho e o estado em 2023 é expressiva: o município conta com menos de 20% da proporção de médicos disponíveis no Pará. A leve recuperação após 2022 não foi suficiente para reverter o déficit de acesso à saúde. A RI Marajó teve evolução positiva, com quase o dobro de profissionais por habitante em cinco anos. Os dados refletem desigualdade estrutural de distribuição de médicos, com maior vulnerabilidade nas regiões interioranas (Gráfico 6).



Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Curralinho x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 2 Médicos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 10 Médicos/Mil Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.



ODS 4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

O Objetivo 4 busca assegurar uma educação de qualidade, inclusiva e acessível a todas as pessoas, reconhecendo-a como uma das ferramentas mais eficazes para promover o desenvolvimento sustentável. Através da educação, é possível combater a pobreza, reduzir desigualdades e transformar realidades.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 4**: Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes e Percentual de Escolas com Acesso à Internet.

Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes

Em Currálinho, a oferta de vagas por mil habitantes variou de 327 em 2019 para 307 em 2023, atingindo um pico de 347 em 2022. A Região de Integração Marajó seguiu comportamento semelhante, iniciando com 300 vagas, alcançando 312 em 2022 e encerrando 2023 com 284. No estado do Pará, os valores foram significativamente menores, partindo de 212 vagas em 2019 e encerrando com apenas 198 em 2023. O aumento de vagas observado até 2022 reflete uma ampliação no acesso à educação pública antes da queda no último ano. Essa redução em 2023 pode indicar restrições orçamentárias ou mudanças demográficas (Gráfico 7).

Apesar da retração recente, Currálinho se manteve acima

da média estadual durante todo o período, com uma diferença de mais de 100 vagas por mil habitantes em 2023. A RI Marajó também apresentou vantagem relativa, embora com tendência de queda. A superioridade quantitativa na oferta de vagas, no entanto, não garante qualidade, especialmente diante de desafios estruturais em regiões com menor infraestrutura. Ainda assim, os dados mostram maior capacidade de atendimento educacional proporcional no município e na RI, destacando sua relevância dentro da política educacional regional. A vigilância sobre essa tendência de queda é essencial para evitar retrocessos (Gráfico 7).

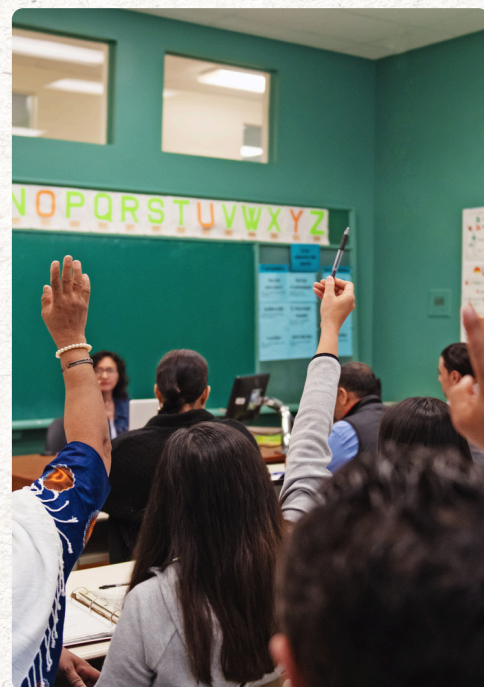
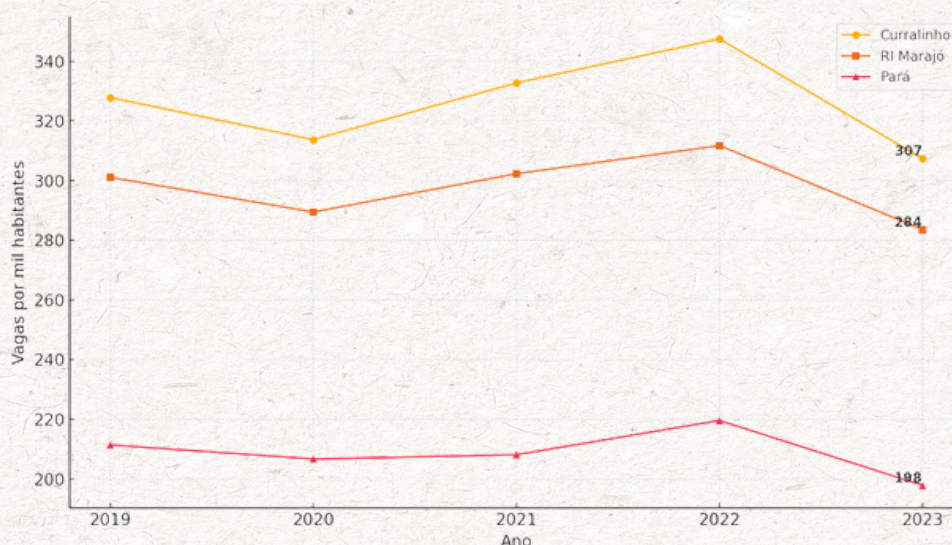


Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Currálinho x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP e IBGE.

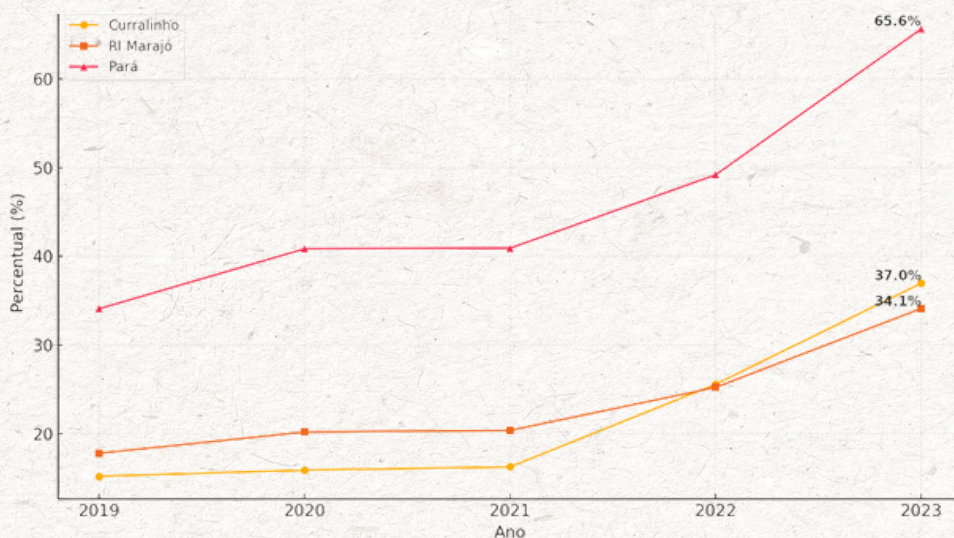
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 307 Vagas/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 343 Vagas/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual de Escolas com Acesso à Internet

Em Currálinho, o acesso à internet nas escolas permaneceu estagnado entre 2019 e 2021, com cerca de 14% de cobertura, mas evoluiu para 24,8% em 2022 e alcançou 37,0% em 2023. A RI Marajó mostrou padrão semelhante, com crescimento de 17,8% em 2019 para 34,1% em 2023. Já o estado do Pará teve uma evolução mais robusta, partindo de 34,2% em 2019 para 65,6% em 2023, mais que dobrando a proporção de escolas conectadas. A disparidade entre o município e o estado evidencia as dificuldades de infraestrutura nas regiões mais isoladas (Gráfico 8).

O crescimento recente em Currálinho e na RI Marajó é positivo, indicando esforços de inclusão digital mais intensos a partir de 2022. No entanto, o fato de o estado estar quase 30 pontos percentuais à frente em 2023 evidencia a urgência de ações continuadas. A conectividade escolar é elemento essencial para qualidade do ensino, especialmente no pós-pandemia. A melhora recente é promissora, mas ainda insuficiente para equiparar as escolas locais à média estadual. A prioridade deve ser a consolidação dessa tendência de expansão com foco nas escolas rurais e periféricas (Gráfico 8).

Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Currallinho x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 37%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 5 IGUALDADE DE GÊNERO

Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

O Objetivo 5 tem como meta promover a igualdade de gênero, garantindo que homens e mulheres tenham liberdade para fazer suas escolhas e desfrutar dos mesmos direitos, responsabilidades e oportunidades. Mais do que um direito humano fundamental, a igualdade de gênero é considerada um dos pilares essenciais para a construção de uma sociedade justa e livre condição indispensável para acelerar o desenvolvimento sustentável. O empoderamento de mulheres e meninas gera um efeito multiplicador, contribuindo diretamente para o crescimento econômico e o avanço social.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 5**: Violência Contra a Mulher por Parceiros e Percentual de Cargos Ocupados Por Mulheres.

Violência Contra a Mulher por Parceiros

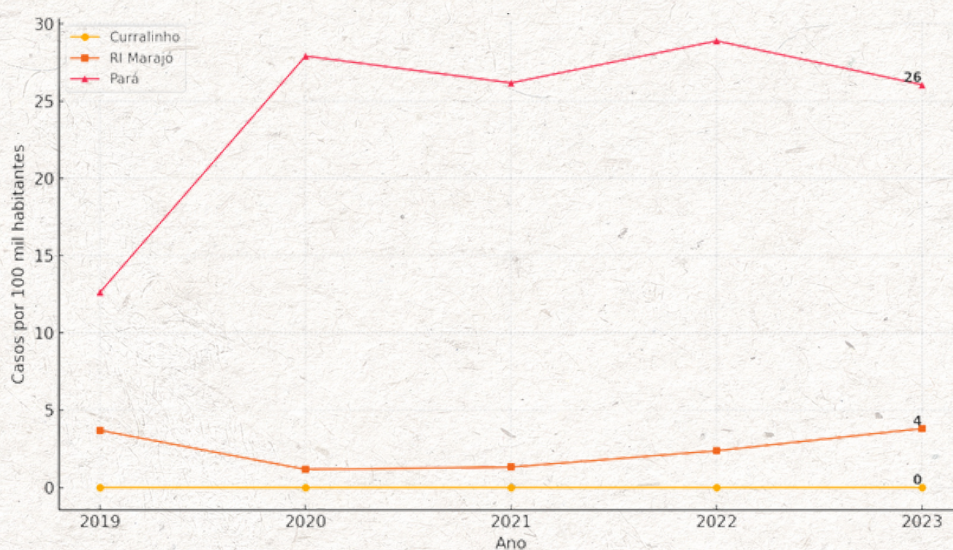


Em Currallinho, os dados mostram ausência total de registros de violência contra a mulher por parceiros entre 2019 e 2023. Já na RI Marajó, os índices oscilaram, com 3,8 casos em 2019, caindo para 1,3 em 2020, e encerrando 2023 com 4,0 casos por 100 mil habitantes. No estado do Pará, a taxa mais baixa foi de 12,6 em 2019 e a mais alta, 29,1 em 2022, com redução para 26,0 em 2023. O padrão estadual apresenta crescimento seguido de leve recuo. Currallinho, por outro lado, pode estar enfrentando subnotificação ou ausência de denúncias (Gráfico 9).



A ausência de casos registrados em Currallinho não necessariamente indica inexistência da violência, mas pode refletir fragilidades na rede de proteção ou ausência de canais de denúncia efetivos. A RI Marajó, embora com taxas baixas, apresenta crescimento nos últimos anos. O estado mostra uma tendência preocupante, com elevação acentuada a partir de 2020. Os dados reforçam a importância de ampliar a visibilidade, os mecanismos de denúncia e a atuação da rede de proteção às mulheres, principalmente em territórios menores e mais isolados (Gráfico 9).

Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Currallinho x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: DATA SUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0 Pessoas/100 Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 Mil Hab. Portanto, a meta foi alcançada.

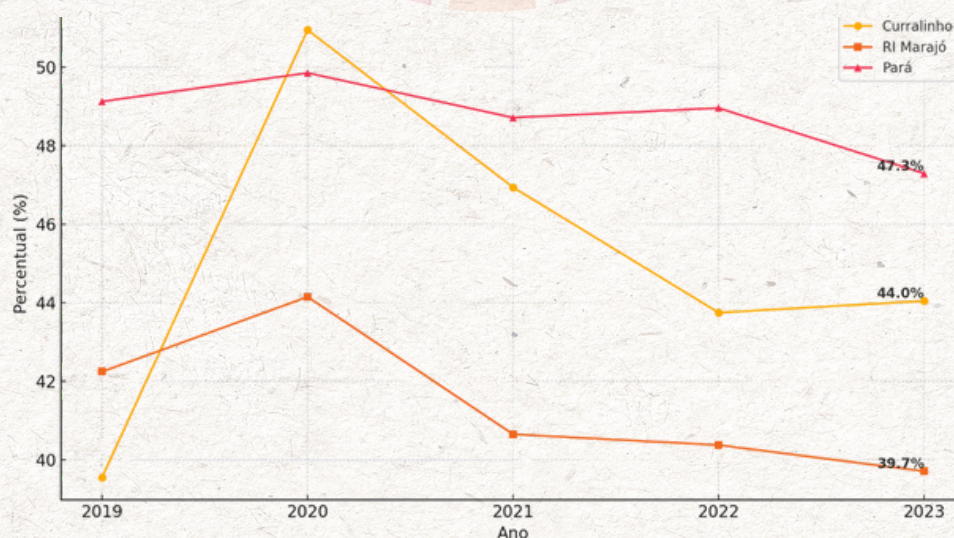
Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres

Currallinho apresentou variações expressivas no período, iniciando com 39,6% em 2019 e atingindo um pico de 51,0% em 2020, para depois cair e estabilizar em 44,0% em 2023. A RI Marajó seguiu tendência de leve declínio, saindo de 42,3% em 2019 para 39,7% em 2023. Já o estado do Pará manteve estabilidade maior, com pequena oscilação entre 49,3% (2020) e 47,3% (2023). Apesar da queda, Currallinho finaliza o período acima da média da RI (Gráfico 10).



Esses números mostram que Currallinho, mesmo com oscilações, mantém razoável presença feminina em cargos de liderança. O pico em 2020 pode estar relacionado a políticas públicas ou movimentos sociais de valorização da liderança feminina. O recuo posterior, no entanto, indica necessidade de fortalecimento dessas estratégias. A estabilidade do Pará demonstra consolidação da participação das mulheres, enquanto a RI Marajó apresenta retração preocupante. O incentivo à equidade de gênero nas estruturas decisórias segue como pauta essencial (Gráfico 10).

Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Currallinho x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 44%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 50%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

O Objetivo 6 tem como foco assegurar o acesso universal à água potável, reconhecendo que a água está no centro do desenvolvimento sustentável em suas dimensões ambiental, econômica e social. Os recursos hídricos e os serviços relacionados são fundamentais para erradicar a pobreza, impulsionar o crescimento econômico e garantir a sustentabilidade ambiental. Ter acesso à água e ao saneamento é essencial para a dignidade humana, impactando diretamente áreas como segurança alimentar, energia, saúde pública e preservação do meio ambiente.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 6**: Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto e Gasto Municipal com Saneamento per capita.

Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.

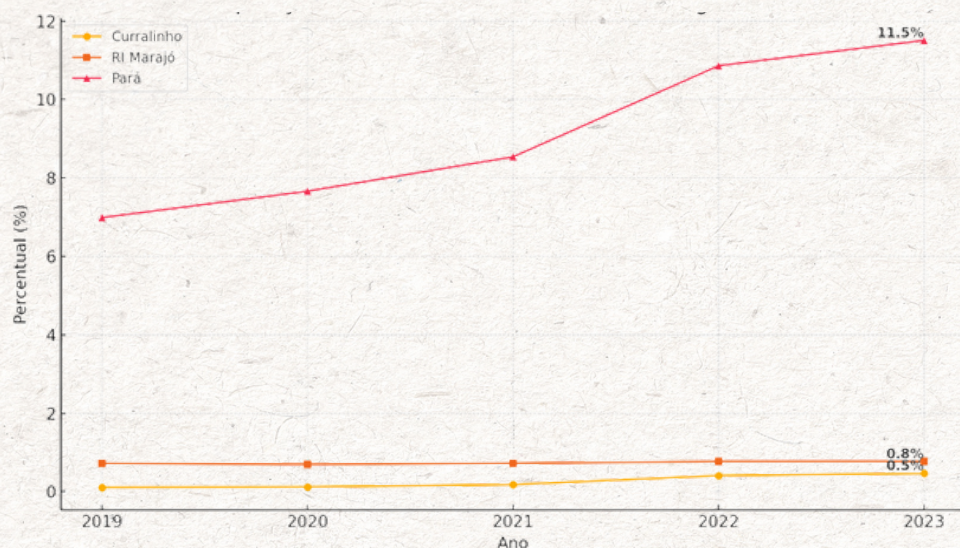
Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto

Curralinho registrou índices extremamente baixos durante todo o período, partindo de 0,0% em 2019 e chegando a apenas 0,5% em 2023. A RI Marajó também teve desempenho fraco, variando de 0,7% a 0,8% no mesmo período. Já o estado do Pará apresentou crescimento expressivo, partindo de 7,0% em 2019 e alcançando 11,5% em 2023. A diferença entre o município e o estado é superior a 11 pontos percentuais. A estagnação da RI Marajó reforça o quadro de desigualdade regional (Gráfico 11).

Os dados indicam que a coleta de esgoto para a população de baixa renda em Curralinho praticamente inexistente, apesar de pequenas melhorias recentes. Isso revela grave déficit em saneamento básico, especialmente entre os mais vulneráveis. A RI Marajó acompanha essa tendência, sugerindo problemas estruturais na política regional de esgotamento sanitário. Enquanto isso, o estado como um todo apresenta avanços contínuos. A situação exige intervenções urgentes, tanto em infraestrutura quanto em políticas específicas para a inclusão sanitária (Gráfico 11).



Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Curralinho x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0,5%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Gasto Municipal com Saneamento per capita

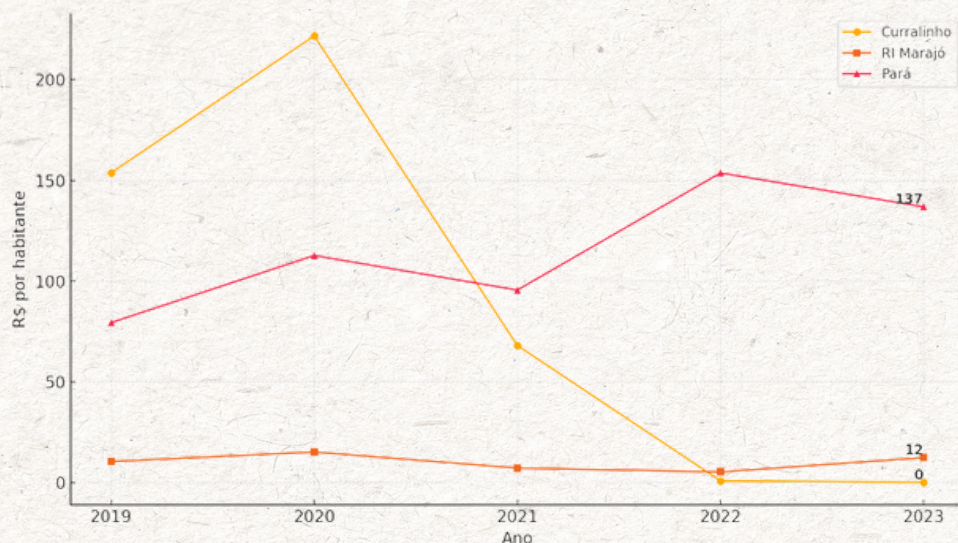
Em 2019, Curralinho registrava gasto de R\$ 155 por habitante em saneamento, valor que subiu significativamente para R\$ 221 em 2020. No entanto, a partir de 2021 houve queda acentuada, chegando a R\$ 0 em 2022 e 2023. A RI Marajó manteve valores estáveis e baixos ao longo do período, de R\$ 11 em 2019 para R\$ 12 em 2023. Já o estado do Pará apresentou aumento relevante: de R\$ 80 (2019) para R\$ 137 em 2023, com pico de R\$ 153 em 2022 (Gráfico 12).

O comportamento de Curralinho evidencia descontinuidade

das políticas de saneamento, com forte investimento inicial e abandono posterior. A eliminação total dos gastos nos dois últimos anos contrasta com o crescimento estadual. A RI Marajó permanece com baixa prioridade orçamentária nessa área. A falta de investimentos recentes compromete os avanços em infraestrutura sanitária local, o que pode agravar problemas de saúde pública e impactar diretamente a população mais pobre. É essencial restabelecer os investimentos com foco em equidade e sustentabilidade (Gráfico 12).



Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Curralinho x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 0/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 60/Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

ODS 7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos.

Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.)

O Objetivo 7 tem como meta garantir o acesso universal a uma energia acessível, confiável, sustentável e renovável. Presente em quase todos os aspectos da vida moderna, a energia desempenha um papel essencial no cotidiano de um mundo globalizado. Por isso, é fundamental promover fontes limpas e acessíveis que não causem danos ao meio ambiente, contribuindo para um futuro mais sustentável.



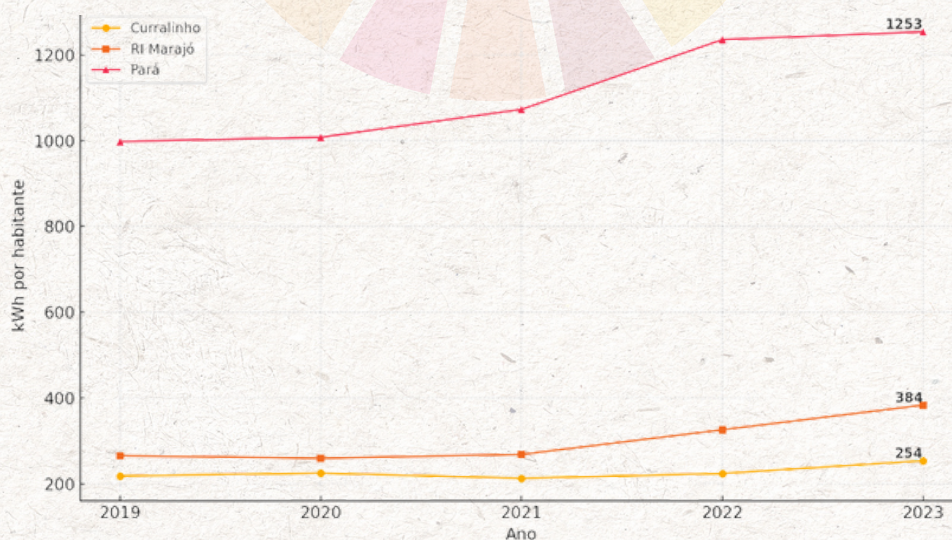
Em Curralinho, o consumo de energia elétrica per capita começou em 220 kWh/hab. em 2019, mantendo-se praticamente estável até 2021 (213 kWh/hab.), e então crescendo para 254 kWh/hab. em 2023. Na RI Marajó, o índice iniciou em 270 kWh/hab. e aumentou de forma gradual, alcançando 384 kWh/hab. em 2023. Já no estado do Pará, os números foram bem superiores, partindo de 1000 kWh/hab. em 2019 e chegando a 1253 kWh/hab. em 2023. O Pará apresentou crescimento contínuo, com aceleração a partir de 2021.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 7**: Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.) e Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.

Curralinho segue muito abaixo da média estadual em todo o período (Gráfico 13).

A baixa média de consumo em Curralinho e no Marajó pode estar relacionada a limitações de acesso, renda ou infraestrutura energética. Apesar do crescimento recente, Curralinho consome apenas cerca de 20% da energia per capita registrada no estado. Isso revela desigualdade significativa no acesso à eletricidade, que impacta diretamente a qualidade de vida e o desenvolvimento local. O crescimento mais acelerado a partir de 2022 é um dado positivo, mas ainda insuficiente para alcançar níveis satisfatórios. Ampliar a cobertura elétrica com qualidade e regularidade continua sendo um desafio essencial (Gráfico 13).

Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Curralinho x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: EQUATORIAL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 254 kWh/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 3.000 kWh/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

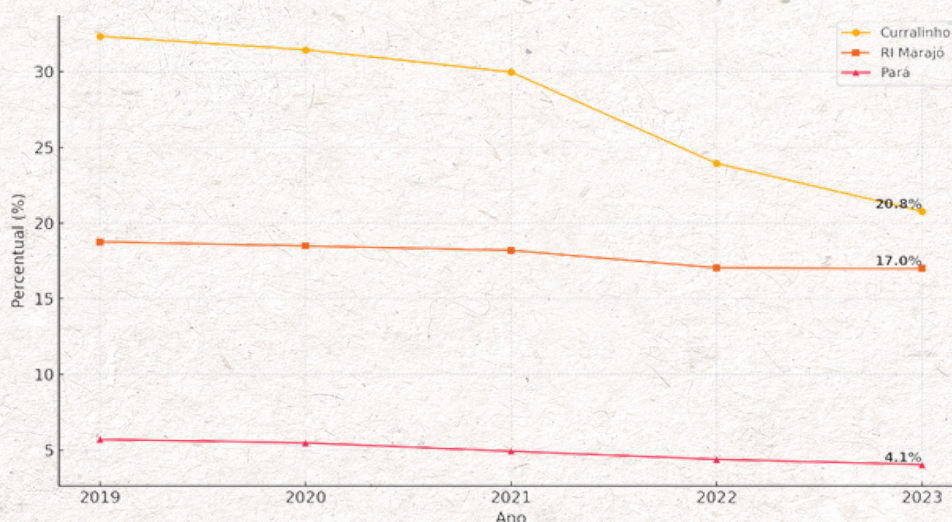
Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil

Curralinho apresentou um percentual elevado de domicílios com iluminação fóssil em 2019, com 32,1%, valor que caiu gradualmente para 30,5% em 2021, e de forma mais acentuada nos anos seguintes, atingindo 20,8% em 2023. A RI Marajó também apresentou queda, indo de 18,8% em 2019 para 17,0% em 2023. No estado do Pará, o índice começou em 5,7% e caiu para 4,1% em 2023. Apesar das reduções, a distância entre Curralinho e o estado continua elevada (Gráfico 14).

A diminuição do uso de iluminação fóssil indica um avanço importante na substituição por fontes mais adequadas de energia, especialmente a elétrica. No entanto, os níveis ainda elevados em Curralinho e no Marajó demonstram que uma parcela significativa da população de baixa renda vive em condições precárias de iluminação. Enquanto o Pará apresenta valores residuais, Curralinho ainda mantém mais de um quinto dos domicílios nessa condição. A expansão da rede elétrica e políticas de inclusão energética devem ser priorizadas, sobretudo nas áreas mais isoladas e vulneráveis (Gráfico 14).



Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Curralinho x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 20,8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 8 EMPREGO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

O ODS 8 da ONU tem como objetivo principal promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, além de garantir emprego pleno, produtivo e trabalho decente para todas as pessoas. No centro do conceito de trabalho decente está a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres, assim como o combate a todas as formas de discriminação. Ao acessar oportunidades de trabalho digno, as populações mais vulneráveis podem romper o ciclo da desigualdade, contribuindo para a estabilidade, a sustentabilidade dos países e o crescimento econômico da sociedade como um todo.

Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 8**: Empregos Formais por Mil Habitantes e PIB per capita.



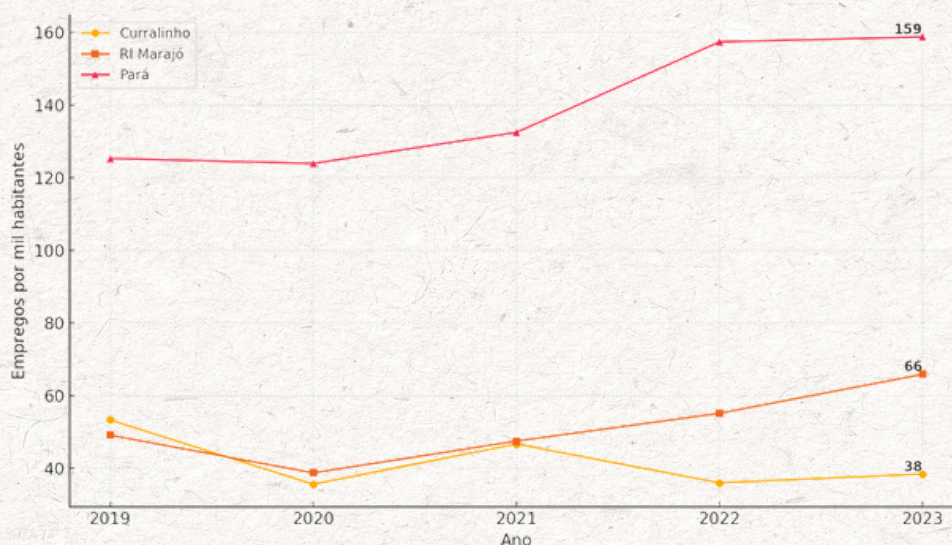
Empregos Formais por Mil Habitantes

Os dados revelam que Curralinho ficou estagnado, enquanto o Pará avançou com consistência na geração de empregos formais. Em 2023, o município apresenta apenas 24% da densidade de empregos formais registrada no estado. A RI Marajó mostra desempenho intermediário, encerrando o período com 66 empregos por mil habitantes. A oscilação em Curralinho indica fragilidade no mercado de trabalho local, com incapacidade de manter a recuperação iniciada em 2021. Esse cenário aponta para a necessidade de políticas voltadas à formalização do emprego e à diversificação da economia local (Gráfico 15).

Curralinho iniciou 2019 com 52 empregos formais por mil habitantes, mas esse número caiu para 35 em 2020. Em 2021, houve recuperação para 47 empregos, mas novamente caiu em 2022 para 36 e encerrou 2023 com 38. A RI Marajó seguiu um caminho inverso, partindo de 49 empregos em 2019, recuando para 38 em 2020, e depois crescendo até 66 em 2023. Já o estado do Pará apresentou uma evolução contínua: de 126 empregos formais por mil habitantes em 2019 para 159 em 2023. Isso representa um aumento de 33 empregos formais por mil habitantes em cinco anos (Gráfico 15).



Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Curralinho x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 38 Empregos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 200 Empregos/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

PIB per capita

Curralinho começou 2018 com um PIB per capita de R\$ 15.496, mas houve queda expressiva para R\$ 7.826 em 2019. Em 2020 e 2021, os valores foram semelhantes R\$ 8.301 e R\$ 8.275, respectivamente, mas em 2022 despencou para apenas R\$ 3.112 por habitante. Na RI Marajó, o PIB per capita partiu de R\$ 9.056 em 2018 e teve leve oscilação até alcançar R\$ 10.162 em 2022. O estado do Pará apresentou um crescimento notável, saindo de R\$ 18.986 em 2018 para R\$ 33.954 em 2022,



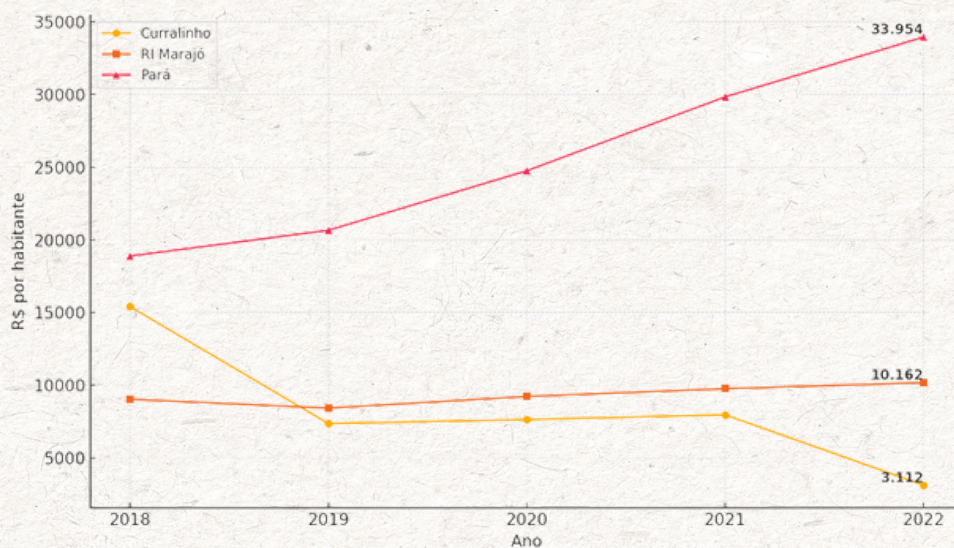
ou seja, quase dobrou o valor em cinco anos (Gráfico 16).

Curralinho apresentou uma queda acumulada de 80% no PIB per capita entre 2018 e 2022, indicando deterioração

severa da atividade econômica local. O município ficou não só abaixo do estado, mas também da própria RI. Em 2022, o PIB per capita de Curralinho representava apenas 9% da média estadual, um sinal alarmante de empobrecimento relativo. Enquanto isso, tanto o Pará quanto a RI Marajó demonstraram crescimento moderado e contínuo. Os dados reforçam a urgência de políticas de desenvolvimento produtivo e investimento em infraestrutura econômica em Curralinho (Gráfico 16).



Gráfico16 - PIB per capita, Curralinho x RI Marajó x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 3.112/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 32.789/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Com o objetivo de impulsionar o progresso de forma sustentável em escala global, o Objetivo 9 propõe a construção de infraestruturas resilientes, a promoção de uma industrialização inclusiva e sustentável, e o incentivo à inovação. Investimentos em infraestrutura e inovação são fundamentais para o crescimento econômico e o desenvolvimento dos países. Diante de um cenário em que mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas, torna-se cada vez mais necessário investir em transporte público eficiente, energias renováveis, novas tecnologias e indústrias. O avanço tecnológico é essencial para enfrentar os desafios econômicos e ambientais, além de gerar empregos e aumentar a eficiência energética. Apostar em indústrias sustentáveis e em pesquisa científica e inovação é um passo decisivo para conciliar desenvolvimento econômico, inclusão social e preservação ambiente.

Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 9**: Valor Adicionado da Indústria (% do PIB) e Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.

Valor Adicionado da Indústria (% do PIB)

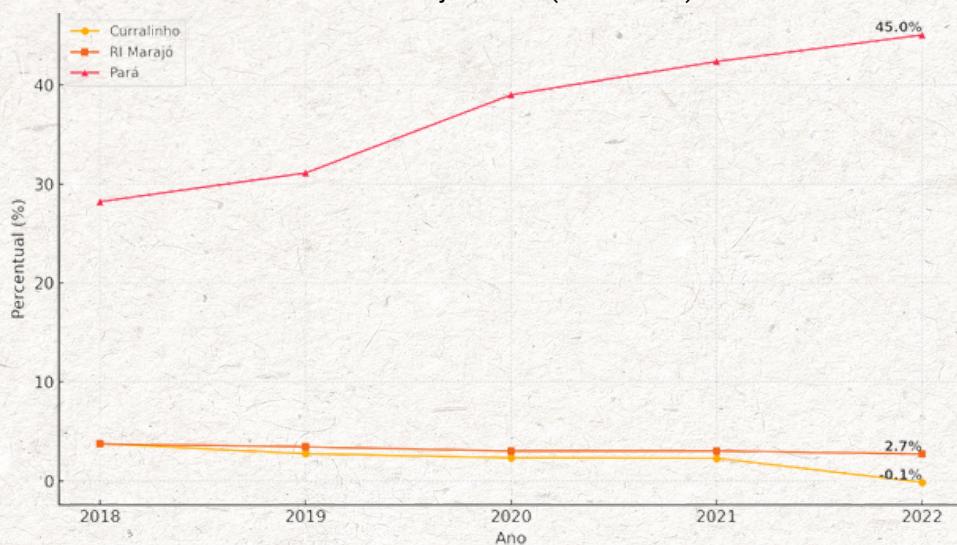


Em Curralinho, o valor adicionado da indústria ao PIB caiu de 3,5% em 2018 para 0,1% em 2022, praticamente desaparecendo da estrutura econômica local. A RI Marajó começou com 4,1% e encerrou com 2,7%, demonstrando leve retração, mas ainda mantendo alguma contribuição do setor. O estado do Pará apresentou comportamento oposto, saindo de 28,4% em 2018 para 45,0% em 2022, o que evidencia uma expansão significativa da industrialização no período. A disparidade entre Curralinho e o estado é superior a 44 pontos percentuais em 2022 (Gráfico 17).

A retração quase total da indústria em Curralinho reflete um processo de desindustrialização local, ou mesmo ausência de atividade significativa nesse setor. Essa exclusão da estrutura produtiva compromete a geração de empregos de maior valor agregado e limita o crescimento sustentável do PIB. Enquanto o Pará avança em industrialização, com forte peso no PIB estadual, Curralinho retrocede. A ausência de indústria contribui para a vulnerabilidade econômica do município e reforça a concentração em setores menos dinâmicos. Reverter esse cenário exige incentivos à agroindústria, infraestrutura logística e qualificação da mão de obra (Gráfico 17).



Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Curralinho x RI Marajó x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 15%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes

Em Curralinho, o número de profissionais da ciência por 100 mil habitantes oscilou consideravelmente: de 16,7 em 2019 caiu para 11,0 em 2020, subiu para 15,6 em 2021, caiu novamente para 11,3 em 2022 e encerrou 2023 com 13. A RI Marajó começou com 9,0 em 2019, recuou para 7,0 em 2020, e apresentou crescimento contínuo até atingir 13,0 em

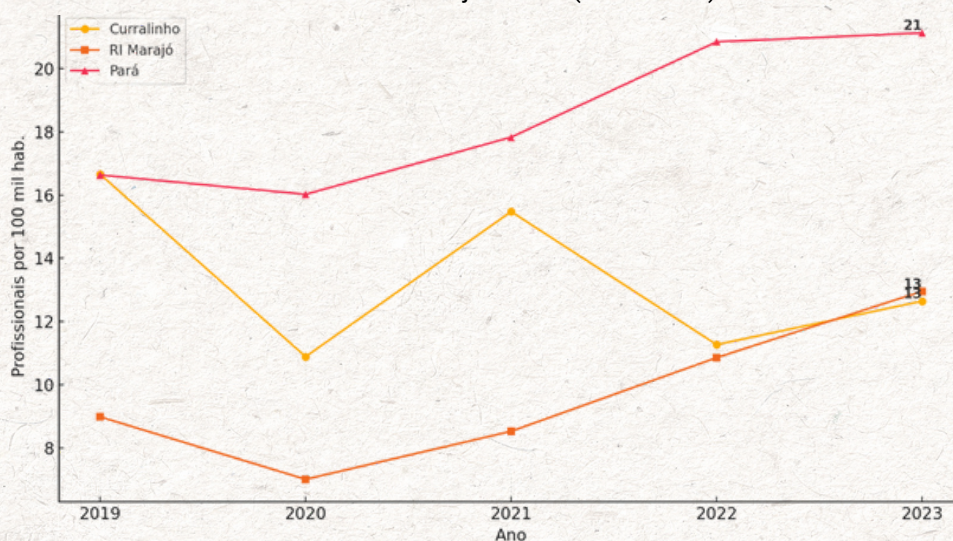


2023. Já o estado do Pará teve desempenho crescente, saindo de 16,7 em 2019 e chegando a 21,0 em 2023, com destaque para o salto entre 2021 e 2022 (Gráfico 18).

Embora Curralinho tenha iniciado o período em linha com a média estadual, sua trajetória foi marcada por flutuações e perda de posição relativa. Em 2023, o município ficou 40% abaixo da taxa do Pará. A RI Marajó demonstrou avanço consistente, igualando-se praticamente a Curralinho no final do período. O crescimento no estado aponta fortalecimento da atividade científica, possivelmente impulsionado por políticas de fomento e interiorização do ensino superior. A estabilização de Curralinho e o crescimento na RI indicam um cenário de interiorização gradual da ciência, mas ainda desigual (Gráfico 18).



Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Curralinho x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 13 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 21 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

ODS 10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

O Objetivo 10 tem como foco reduzir as desigualdades sociais, tanto dentro dos países quanto entre eles. Diminuir a diferença entre os mais ricos e os mais pobres é essencial para a construção de um mundo mais justo e igualitário, onde todas as pessoas tenham acesso às mesmas oportunidades e condições de desenvolvimento.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 10**: Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).

Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles



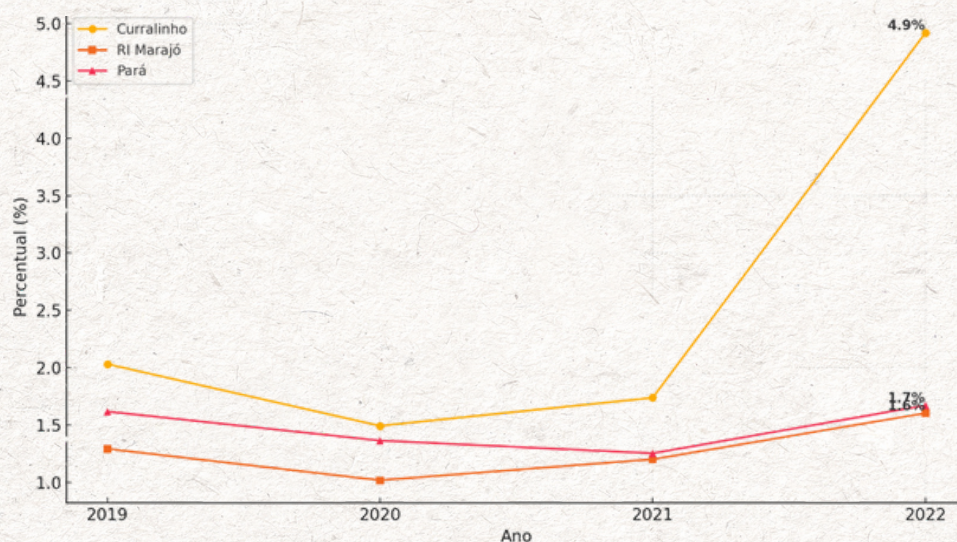
Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB)

Em Curralinho, a massa salarial formal representava 2,0% do PIB em 2019, caiu para 1,5% em 2020, e depois subiu progressivamente, alcançando expressivos 4,9% em 2022. A RI Marajó iniciou com 1,3% em 2019, caiu para 1,0% em 2020, e chegou a 1,7% em 2022. O estado do Pará seguiu trajetória semelhante, começando com 1,6% e fechando 2022 com 1,6%, após queda em 2021. O destaque é o salto de Curralinho em 2022, muito acima da média estadual (Gráfico 19).

Esse crescimento em Curralinho pode indicar um aumento do peso relativo dos salários for-

mais diante de um encolhimento do PIB local, o que sugere fragilidade econômica combinada com crescimento pontual da formalização. Enquanto o Pará e a RI Marajó mantiveram estabilidade com leve recuperação, o salto de Curralinho aponta um desequilíbrio mais estrutural. Em 2022, o município teve quase três vezes a proporção salarial do estado, o que pode não indicar prosperidade, mas sim redução da atividade econômica agregada. Esses dados reforçam a necessidade de políticas de geração de renda associadas à ampliação da base produtiva local (Gráfico 19).

Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Curralinho x RI Marajó x Pará (2019-2022)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 4,9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 5%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

O Objetivo 11 tem como meta tornar as cidades e comunidades mais sustentáveis. Até 2030, a proposta é transformar os centros urbanos e os assentamentos humanos em espaços mais inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Atualmente, mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas são cerca de 4,4 bilhões de pessoas, o que representa 56,2% da população global, segundo a ONU. A previsão é que, até 2050, esse número chegue a 6,5 bilhões, ou dois terços da humanidade. Diante desse cenário, é fundamental voltar a atenção para essas regiões, que muitas vezes também concentram altos índices de pobreza extrema.

Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 11**: Acesso à Telefonia Móvel e Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental.

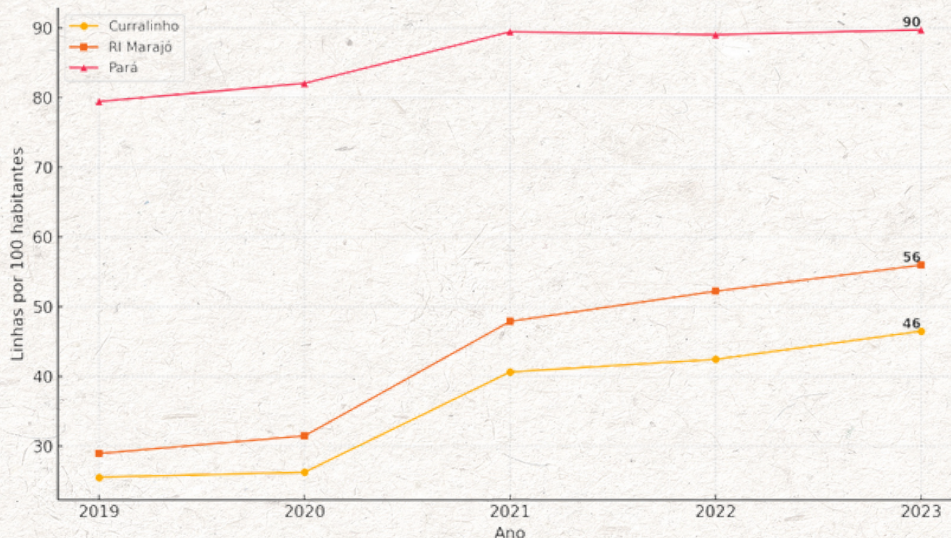
Acesso à Telefonia Móvel

Em Curralinho, o acesso à telefonia móvel cresceu de forma constante, saindo de 25,3 linhas por 100 habitantes em 2019 para 46,0 em 2023. A RI Marajó também apresentou crescimento, iniciando com 28,8 linhas em 2019 e alcançando 56,1 em 2023. Já o estado do Pará começou com 79,4 em 2019 e chegou a 90,0 em 2023. Apesar dos avanços, Curralinho ainda está 44 pontos abaixo da média estadual. A expansão mais significativa no município ocorreu entre 2020 e 2021 (Gráfico 20).

Esse aumento indica melhora no acesso à comunicação, mas ainda há um grande descompasso entre Curralinho e o restante do estado. O crescimento mais acelerado no interior nos últimos anos pode estar associado a investimentos em infraestrutura de telecomunicações e maior penetração de serviços móveis. Contudo, a diferença ainda elevada em relação ao Pará reforça a exclusão digital e limitações de conectividade. A ampliação da cobertura e qualidade da rede segue como desafio fundamental para o desenvolvimento local (Gráfico 20).



Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Curralinho x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 46 Linhas/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 108 Linhas/100 hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

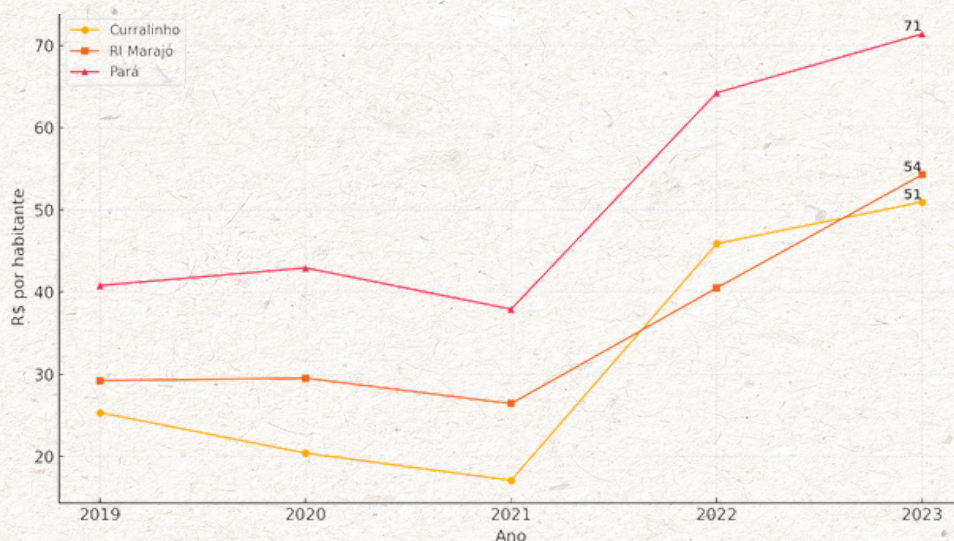
Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental

Curralinho reduziu sua despesa per capita de R\$ 25,5 em 2019 para R\$ 17,1 em 2021, mas reverteu essa tendência e encerrou 2023 com R\$ 51,0 por habitante. A RI Marajó também caiu de R\$ 29,4 (2019) para R\$ 26,5 (2021), recuperando-se até R\$ 54,0 em 2023. Já o Pará teve aumento contínuo, partindo de R\$ 40,5 para R\$ 71,1. O maior salto de investimentos ocorreu entre 2021 e 2022. Curralinho ultrapassou a média da RI, embora ainda fique abaixo da média estadual (Gráfico 21).

O aumento recente sugere um esforço para fortalecer ações culturais e ambientais após períodos de baixa execução. Essa elevação de recursos pode refletir projetos regionais financiados por transferências ou convênios. No entanto, o histórico de instabilidade indica fragilidade no planejamento orçamentário da área. O Pará lidera em consistência e volume de investimentos. Curralinho precisa manter essa tendência de alta com foco em sustentabilidade e continuidade (Gráfico 21).



Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Currallinho x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 51/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 93/hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Fonte: STN e IBGE.

ODS12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

O Objetivo 12 propõe a transformação dos atuais padrões de consumo e produção, reconhecendo essa mudança como essencial para o uso eficiente dos recursos naturais. Um dos focos centrais é melhorar a forma como lidamos com resíduos tóxicos e poluentes, garantindo um descarte adequado e menos prejudicial ao meio ambiente. Para atingir essa meta até 2030, é fundamental incentivar indústrias, empresas e consumidores a adotar práticas mais sustentáveis, como a reciclagem e a redução do desperdício.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 12**: Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo e População de Baixa Renda com fossa rudimentar.

Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.

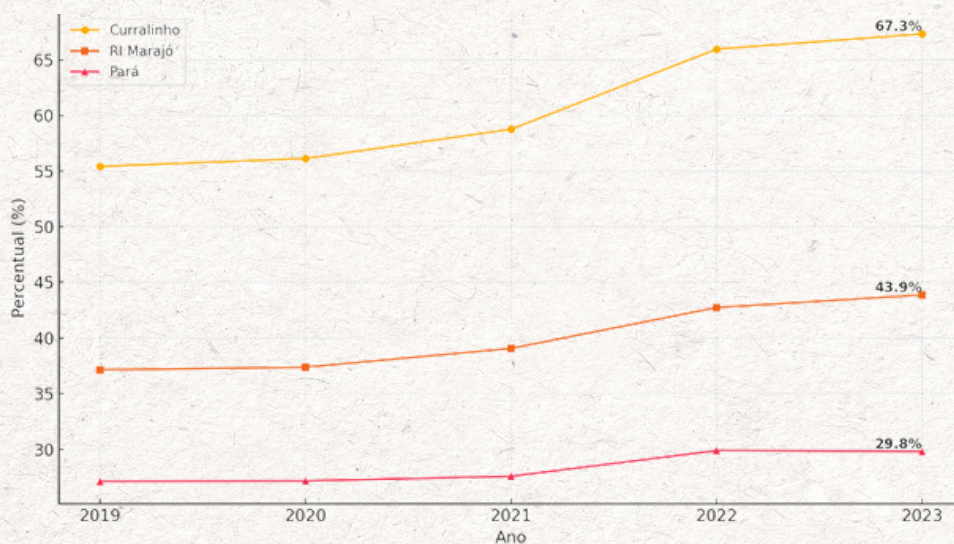


Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo

Em Curralinho, o percentual de pessoas de baixa renda que descartam lixo queimando ou enterrando cresceu de 55,4% em 2019 para 67,3% em 2023. A RI Marajó subiu de 37,2% para 43,9%, enquanto o Pará foi de 27,1% para 29,8%. O dado mostra agravamento no problema, principalmente em Curralinho, com 40 pontos percentuais acima da média estadual. A piora foi mais intensa entre 2021 e 2022. O indicador reflete falhas no serviço de coleta domiciliar (Gráfico 22).

Esse cenário revela um sério problema ambiental e de saúde pública, especialmente nas áreas periféricas e rurais. A prática de queima e enterramento contamina o solo, o ar e a água, além de representar risco sanitário. A elevação nos percentuais evidencia ausência de políticas eficazes de gestão de resíduos sólidos voltadas à população mais pobre. Curralinho aparece em situação crítica, exigindo planos de ação imediatos. A inclusão dessa população em programas de coleta regular e reciclagem é urgente (Gráfico 22).

Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Curralinho x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

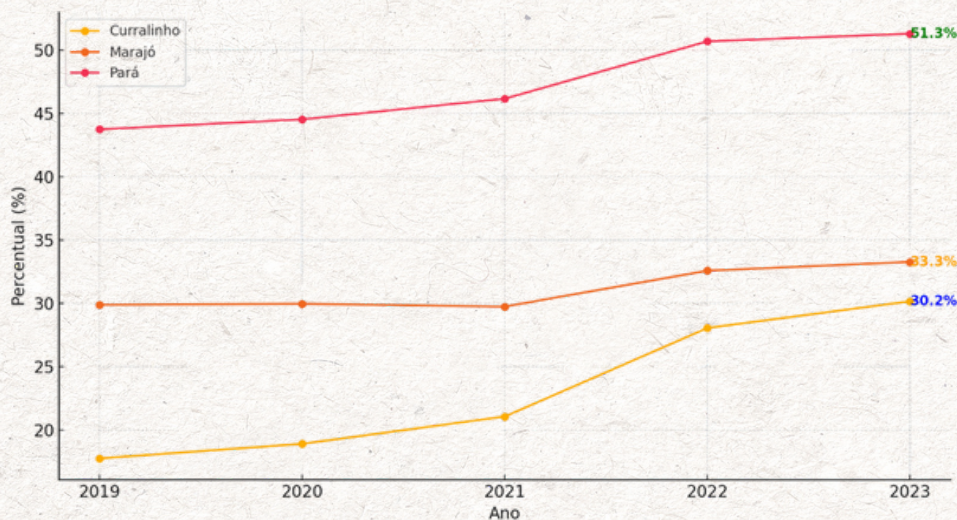
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 67,3%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

População de Baixa Renda com fossa rudimentar

Curralinho registrou crescimento no uso de fossas rudimentares entre sua população de baixa renda, passando de 17,6% em 2019 para 30,2% em 2023. A RI Marajó saiu de 30,0% para 33,3%, enquanto o estado do Pará aumentou de 43,9% para 51,3%. A evolução mostra um cenário de precarização no saneamento nas áreas mais vulneráveis. Em termos relativos, Curralinho teve o maior crescimento proporcional entre 2019 e 2023. A diferença em relação à média estadual, contudo, ainda é favorável ao município (Gráfico 23).

Apesar disso, o avanço do uso de fossas rudimentares aponta a ausência de cobertura por esgotamento sanitário adequado. Trata-se de uma alternativa de baixa eficácia e segurança sanitária, especialmente onde o solo é suscetível à contaminação. O crescimento pode estar ligado à expansão desordenada das áreas urbanas e ausência de investimentos estruturantes. A situação exige medidas de regularização e ampliação da rede de esgoto. Intervenções públicas precisam priorizar a população de baixa renda, reduzindo desigualdades (Gráfico 23).

Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Curralinho x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 30,2%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA

O Objetivo 13 destaca a urgência de adotar medidas concretas para combater as mudanças climáticas e seus impactos em escala global. Independentemente de seu peso político, econômico ou geográfico, todos os países enfrentam as consequências das alterações no clima. Entre as principais causas estão a queima de combustíveis fósseis em veículos, indústrias e usinas termelétricas, as queimadas, o desmatamento e a poluição gerada pela agropecuária intensiva, especialmente pela criação de animais ruminantes. Essas atividades estão diretamente ligadas à emissão de gases de efeito estufa, responsáveis pelas chamadas mudanças climáticas antropogênicas, aquelas causadas pela ação humana, que se intensificaram a partir da Revolução Industrial, no final do século XVIII.

Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos (reconhecendo que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) é o fórum internacional intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 13**: Gastos per capita com prevenção de desastres.

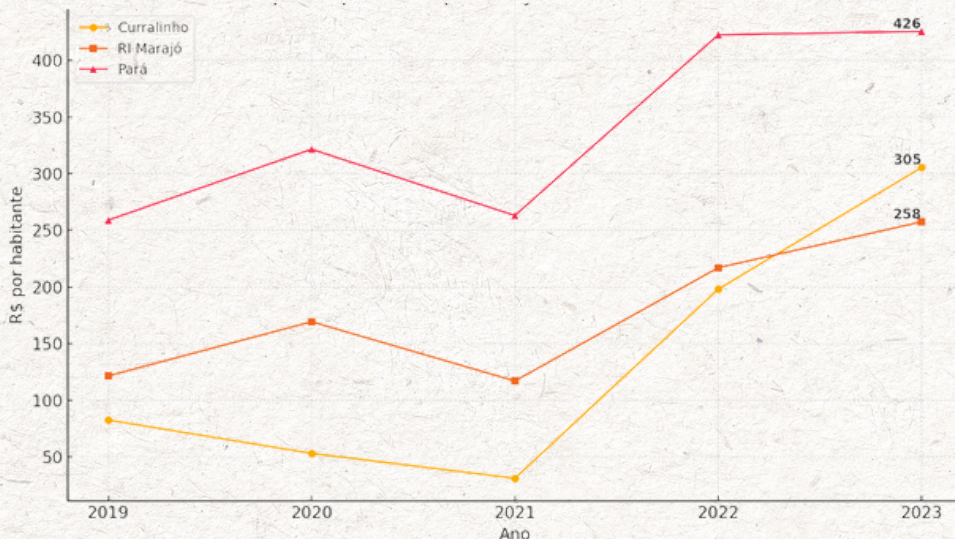
Gastos per capita com prevenção de desastres

Em Curralinho, os gastos per capita com prevenção de desastres começaram em R\$ 84,6 em 2019, reduziram-se para R\$ 31,4 em 2021 e saltaram para R\$ 305,0 em 2023. A RI Marajó iniciou com R\$ 124,2, atingiu R\$ 172,6 em 2020, oscilou para R\$ 118,2 em 2021 e encerrou 2023 com R\$ 258,1. Já o Pará partiu de R\$ 258,2 em 2019, subiu para R\$ 322,1 em 2020, caiu para R\$ 262,3 em 2021 e chegou a R\$ 426,0 em 2023. O município demonstrou forte recuperação recente. O destaque é o crescimento de mais de 870% em Curralinho entre 2021 e 2023. Isso indica uma priorização tardia, porém expressiva, da política de prevenção (Gráfico 24).



Esse padrão sugere que o município pode ter reagido a eventos climáticos extremos ou à pressão normativa por adequação à política de proteção civil. A RI Marajó e o estado do Pará mantêm níveis superiores em todo o período, mas com oscilações. Curralinho, ao alcançar R\$ 305/hab., aproximou-se do valor médio regional, embora ainda abaixo do nível estadual. A elevação rápida merece ser acompanhada para verificar sua consistência e impacto real. A ausência de regularidade orçamentária anterior comprometeu a resiliência territorial. O cenário reforça a necessidade de planejamento continuado e investimentos preventivos estruturais (Gráfico 24).

Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Curralinho x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 305/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 554/hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Fonte: CADUNICO.



ODS 14 VIDA NA ÁGUA

O Objetivo 14 está diretamente ligado à questão climática, pois os oceanos desempenham um papel fundamental no equilíbrio do clima global. Segundo a Plataforma 2030, aproximadamente 40% dos oceanos do planeta já sofrem impactos significativos causados por atividades humanas, como a poluição e a pesca predatória. Esses danos, muitas vezes impulsionados pela exploração desenfreada dos recursos marinhos, resultam principalmente na destruição de habitats e na introdução de espécies invasoras em ecossistemas frágeis, comprometendo a biodiversidade e o equilíbrio ambiental.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 14**: Despesa per capita com preservação aquática.

Despesa per capita com preservação aquática

Curralinho apresentou valores expressivos durante todo o período, iniciando com R\$ 1.010 por habitante em 2019 e encerrando 2023 com R\$ 1.694. Após alta até 2021 (R\$ 1.336), houve leve recuo em 2022 (R\$ 1.128), mas a retomada no ano seguinte foi forte. A RI Marajó variou de R\$ 742 em 2019 para R\$ 1.160 em 2023, seguindo comportamento semelhante. Já o estado do Pará manteve níveis bem mais baixos, indo de R\$ 182,2 para R\$ 287,1. A diferença entre Curralinho e o estado em 2023 ultrapassou R\$ 1.400. Isso evidencia forte investimento municipal em preservação hídrica (Gráfico 25).

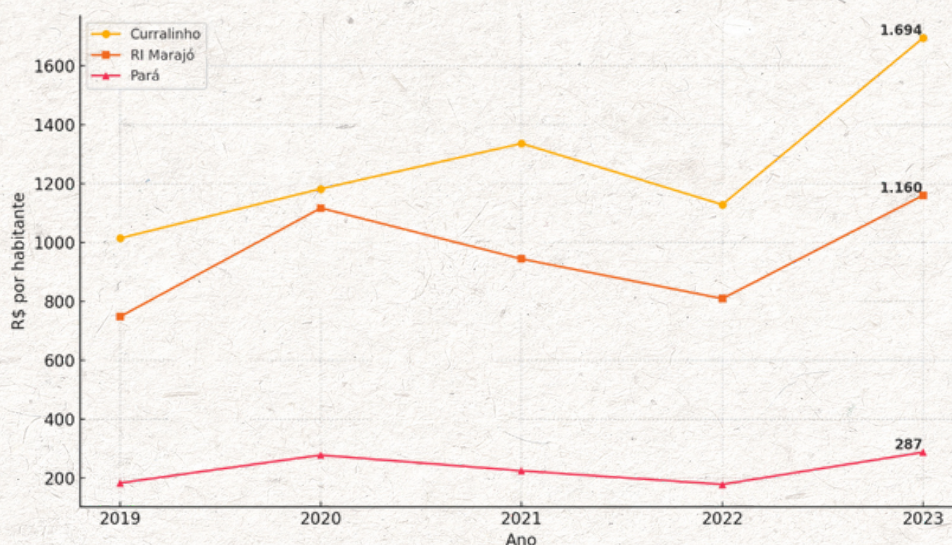
O desempenho destaca Curralinho como re-

ferência regional no tema, possivelmente por sua posição geográfica na região do Ma-rajó e dependência de rios para subsistência. A variação nos anos intermediários aponta possíveis ajustes orçamentários, mas a tendência geral é de crescimento. Mesmo com essa liderança, é importante avaliar se os gastos estão sendo convertidos em políticas efetivas e sustentáveis. A RI também apresenta valores acima da média estadual, reforçando o caráter territorial dessa prioridade. O baixo investimento do estado indica distanciamento da realidade local. O alinhamento entre esferas pode potencializar resultados (Gráfico 25).

Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.



Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Curralinho x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: Portal da Transparência Federal e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 1.694/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 300/Hab. Portanto, a meta foi alcançada.

ODS 15 VIDA TERRESTRE

O Objetivo 15 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU está diretamente ligado à preservação da biosfera, ao propor a proteção, recuperação e o uso sustentável dos ecossistemas terrestres. Entre suas metas estão a gestão sustentável das florestas, o combate à desertificação, a reversão da degradação do solo e a contenção da perda de biodiversidade. Todos os seres vivos dependem do meio ambiente para atender às suas necessidades básicas de sobrevivência, como acesso à água, alimento, ar e abrigo. Embora animais e plantas consigam se adaptar ao ambiente em que vivem, essas adaptações ocorrem de forma gradual e têm limites, especialmente diante dos altos níveis de degradação ambiental que comprometem sua sobrevivência.

Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 15**: Percentual da Área de Floresta em relação à área total e Percentual da Área desmatada em relação à área total.

Percentual da Área de Floresta em relação à área total

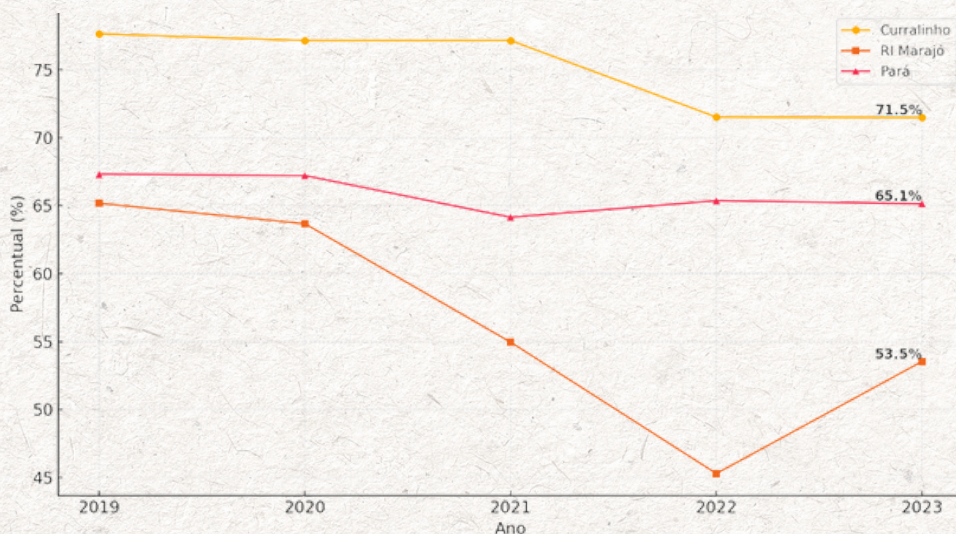
Curralinho manteve-se com uma das maiores proporções de cobertura florestal, iniciando com 77,3% em 2019 e encerrando 2023 com 71,5%. Houve estabilidade entre 2019 e 2021 (em torno de 77%), seguida de queda acentuada em 2022. A RI Marajó apresentou recuo mais severo: de 65,0% em 2019 para apenas 45,0% em 2022, recuperando-se ligeiramente para 53,5% em 2023. O estado do Pará manteve estabilidade, oscilando levemente de 67,2% para 65,1%. A perda florestal na RI foi de quase 12 pontos percentuais em cinco anos (Gráfico 26).

Apesar da queda, Curralinho

ainda preserva quase três quartos de sua área com cobertura florestal. A tendência recente, no entanto, acende alerta, principalmente se mantido o padrão de 2022. A recuperação parcial da RI é positiva, mas ainda insuficiente para retomar os níveis de 2019. O Pará, com variações discretas, mostra melhor controle da pressão antrópica. A estabilidade estadual pode estar relacionada a unidades de conservação ou fiscalização mais efetiva. Em Curralinho, políticas locais de ordenamento e fiscalização precisam ser reforçadas para conter a retração florestal (Gráfico 26).



Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Curralinho x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 71,5%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 80%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual da Área Desmatada em relação à área total

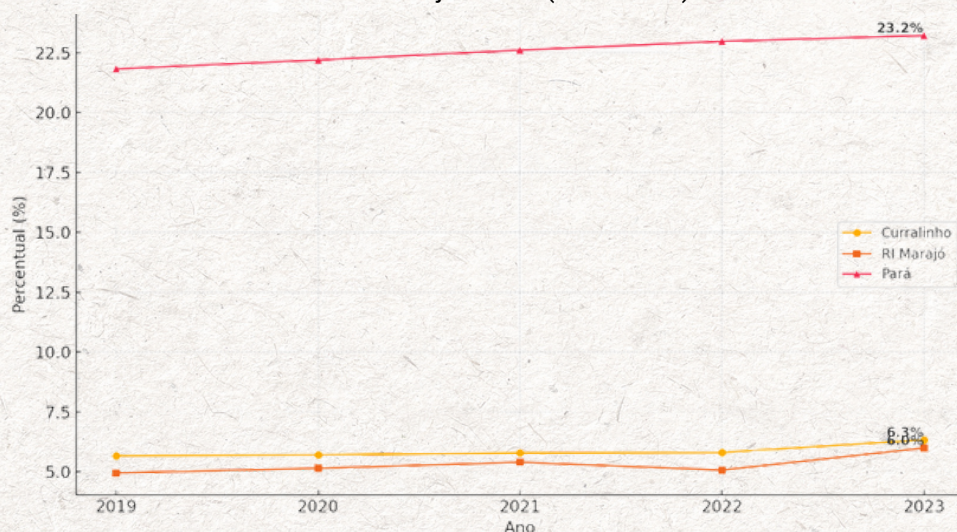
Curralinho apresentou leve crescimento no percentual de área desmatada, passando de 5,7% em 2019 para 6,3% em 2023. A RI Marajó seguiu trajetória semelhante: de 4,9% para 6,0% no mesmo período. O estado do Pará iniciou em 21,8% e chegou a 23,2% em 2023. Ainda que Curralinho e a RI mantenham níveis muito inferiores ao estadual, a tendência de crescimento é comum às três esferas. Os dados indicam aumento da pressão sobre os recursos florestais, especialmente após 2021 (Gráfico 27).

Mesmo com taxas absolutas menores, o avanço percentual

de desmatamento em Curralinho e na RI Marajó requer atenção, dado o elevado valor ecológico da vegetação local. A diferença entre o Pará e os territórios analisados reflete a concentração do desmatamento em outras regiões do estado, mas não reduz a importância do monitoramento contínuo. O controle local pode se perder com o avanço de atividades predatórias se não houver planejamento territorial. A implementação de instrumentos de comando e controle, como planos de uso do solo e incentivos à preservação, é fundamental para reverter a tendência observada (Gráfico 27).



Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Curralinho x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 6,3%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 1%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

O Objetivo 16 tem como foco principal promover sociedades pacíficas e inclusivas, garantir o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. Os conflitos, tanto regionais quanto globais, fazem parte da história há séculos. Apesar dos esforços de instituições como a ONU para promover a paz mundial, ainda há um longo caminho a percorrer. Por isso, fortalecer o Estado de Direito, assegurar os direitos humanos, promover a estabilidade por meio de uma governança eficiente e garantir ambientes de paz são ações fundamentais para o avanço do desenvolvimento sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 16**: Trabalho Infantil por 100 mil habitantes e Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.

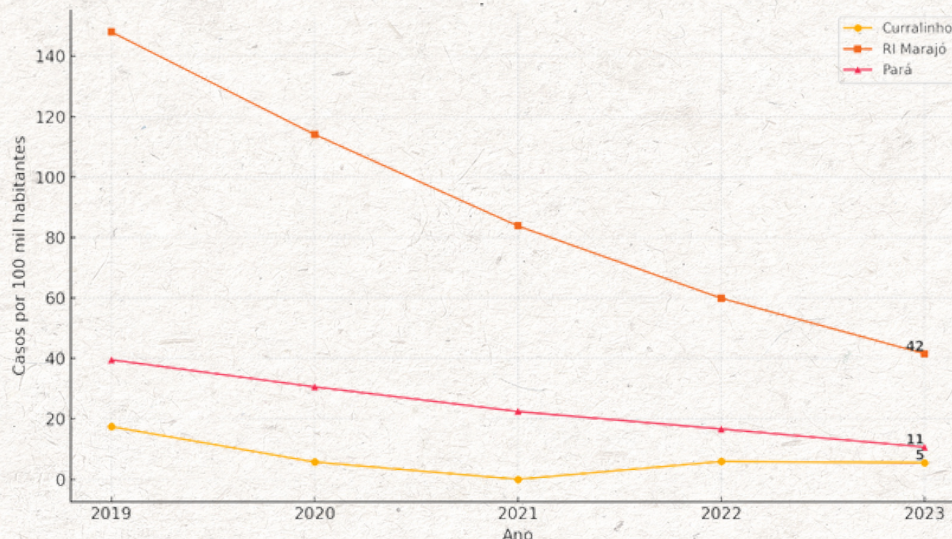
Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

Trabalho Infantil por 100 mil habitantes

Em Curralinho, o trabalho infantil reduziu-se significativamente, indo de 17 casos por 100 mil habitantes em 2019 para apenas 5 em 2023. Houve um recuo constante até 2021 (com 0 casos reportados), seguido de um leve aumento para 6 em 2022, estabilizando em 5 no último ano. A RI Marajó apresentou forte queda no período: de 149 casos em 2019 para 42 em 2023. Já o Pará passou de 39,7 para 11,1 casos por 100 mil. O comportamento geral indica tendência de redução contínua na prática (Gráfico 28).

A queda nos três territórios sugere ações coordenadas de fiscalização, programas sociais e políticas educacionais com impacto positivo. Curralinho apresenta os menores níveis, o que pode indicar tanto maior efetividade quanto possível subnotificação. A diferença entre Curralinho e a RI Marajó (42 casos) em 2023 mostra desigualdade territorial. No entanto, a aproximação dos valores ao patamar estadual (11,1) reflete uma convergência regional positiva. O desafio segue na erradicação total e na vigilância das reincidências (Gráfico 28).

Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Currálinho x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

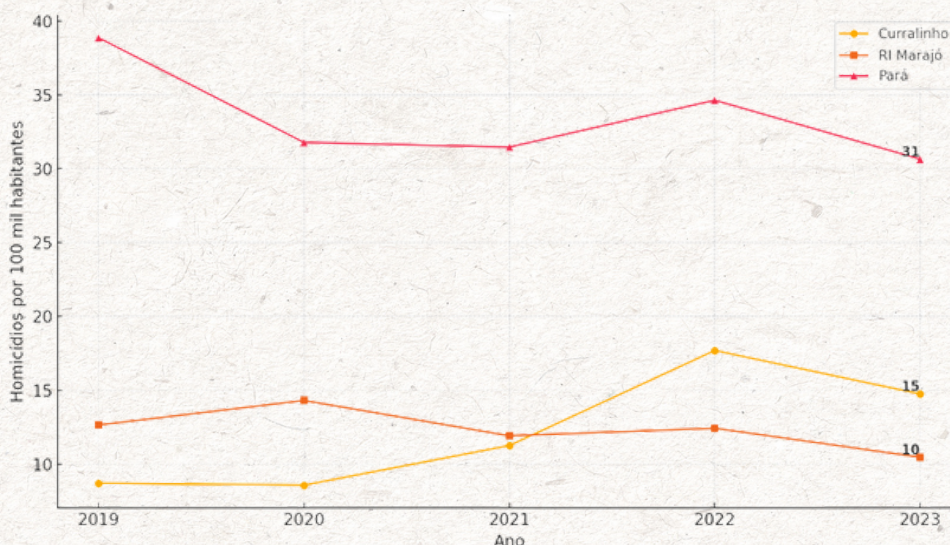
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 5 Pessoa/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoa/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes

Currálinho manteve certa estabilidade de 2019 a 2020 (8,7 homicídios), subindo para 11,4 em 2021 e atingindo 17,8 em 2022 o pico da série. Em 2023, houve uma queda para 15,2 homicídios por 100 mil habitantes, ainda acima do patamar de início do período. A RI Marajó oscilou de 12,9 em 2019 para 10,4 em 2023, com pico de 14,3 em 2020. Já o estado do Pará apresentou queda: de 38,8 em 2019 para 31,0 em 2023, apesar de um aumento pontual em 2022 (34,6) (Gráfico 29).

A trajetória em Currálinho contrasta com a tendência estadual e regional, que foi de queda ou estabilização. O crescimento até 2022 indica possível agravamento de dinâmicas locais de violência. Mesmo com a redução em 2023, o nível segue elevado frente à média da RI. O comportamento do estado reforça que políticas de segurança pública estão sendo mais eficazes em áreas urbanas ou prioritárias. Currálinho demanda atenção específica e estratégias preventivas locais para conter a escalada observada nos anos anteriores (Gráfico 29).

Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Curralinho x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

ODS17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

O Objetivo 17 tem como meta fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global em prol do desenvolvimento sustentável. Uma de suas principais diretrizes destaca a importância da cooperação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, promovendo a colaboração internacional como caminho para alcançar a sustentabilidade. Isso inclui a adoção de políticas que ajudem a reduzir desigualdades e a reestruturar desafios comuns, por meio de soluções conjuntas e solidárias.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 17**: Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB e Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa pontos por 100 hab.).

Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

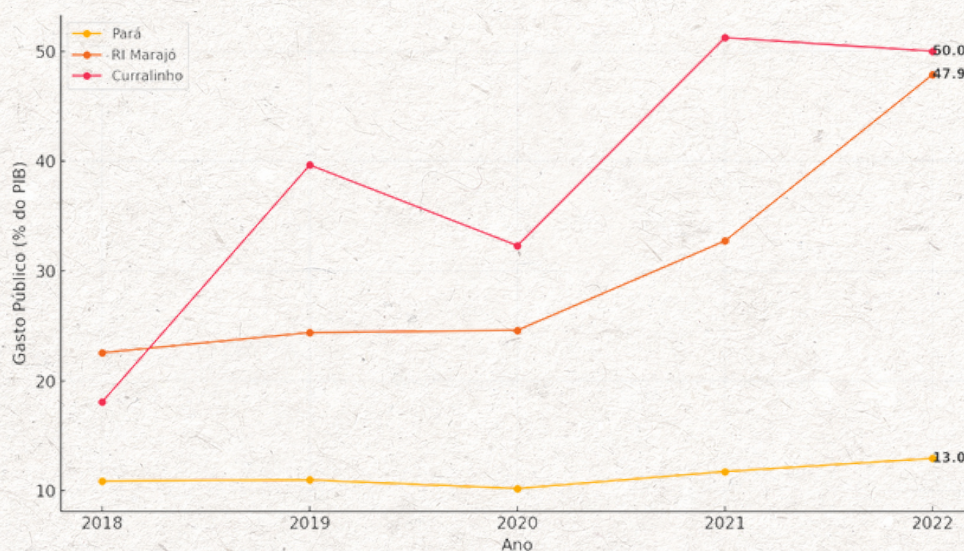


Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB

Curralinho apresentou forte variação no gasto público em relação ao PIB, partindo de 17,9% em 2018 para 39,8% em 2019. Após uma leve queda em 2020 (32,4%), o município atingiu pico em 2021 com 51,1% e manteve alta em 2022 com 50,0%. A Região de Integração (RI) Marajó apresentou crescimento mais gradual: 22,7% em 2018, 24,4% em 2020 e expressivo avanço para 47,9% em 2022. Já o estado do Pará teve comportamento mais estável, variando de 10,7% em 2018 para 13,0% em 2022. Os dados mostram que Curralinho aplica uma parcela muito superior de sua economia em gastos públicos comparado ao restante do estado (Gráfico 30).

Esse padrão pode refletir uma combinação de baixo PIB per capita com forte presença do setor público local, o que é comum em economias com baixa diversificação. O salto em 2021 pode estar relacionado a repasses federais excepcionais ou programas emergenciais. A RI Marajó segue a mesma tendência, ainda que em ritmo mais moderado. Já o Pará demonstra um padrão de relativa estabilidade, sem oscilações significativas. A elevada participação do gasto público no PIB pode indicar dependência do setor público para dinamização econômica local. Contudo, se não acompanhada de investimentos produtivos, pode não gerar crescimento sustentável (Gráfico 30).

Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Curralinho x RI Marajó x Pará (2018-2022)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 13%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 36%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

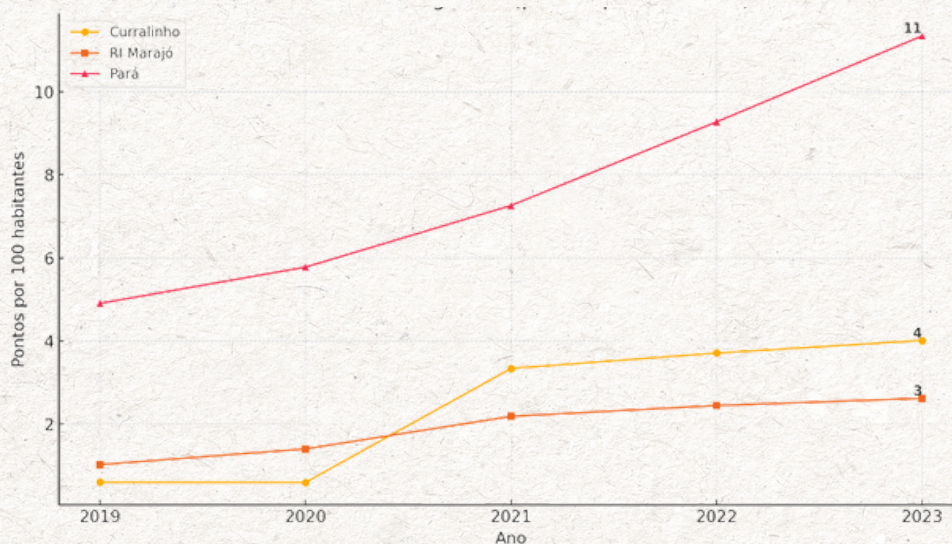
Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.)

Em Curralinho, a taxa de acesso à banda larga fixa manteve estabilidade nos dois primeiros anos, com 0,6 pontos por 100 habitantes em 2019 e 2020. A partir de 2021, o indicador deu um salto expressivo para 3,4 e continuou crescendo até 4,0 em 2023. A RI Marajó iniciou com 1,1 pontos e alcançou 2,7 no mesmo período, também com crescimento consistente, mas mais contido. O estado do Pará apresentou o maior avanço absoluto, partindo de 4,9 pontos em 2019 e chegando a 11,0 em 2023. Isso representa um incremento de mais de 120% em cinco anos (Gráfico 31).

O crescimento registrado em Curralinho é relevante, principalmente considerando o ponto

de partida extremamente baixos. O avanço pode estar relacionado à expansão de programas de conectividade em áreas remotas e incentivos públicos. Ainda assim, o município segue distante das médias estadual e nacional, o que evidencia desigualdades de infraestrutura digital. A RI Marajó acompanha esse ritmo com certo atraso, reforçando a exclusão digital regional. No Pará, a banda larga tem avançado de maneira mais rápida, o que tende a ampliar a distância tecnológica entre centros urbanos e regiões periféricas. O acesso à internet permanece um desafio estratégico para inclusão e desenvolvimento local (Gráfico 31).

Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Curralinho x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

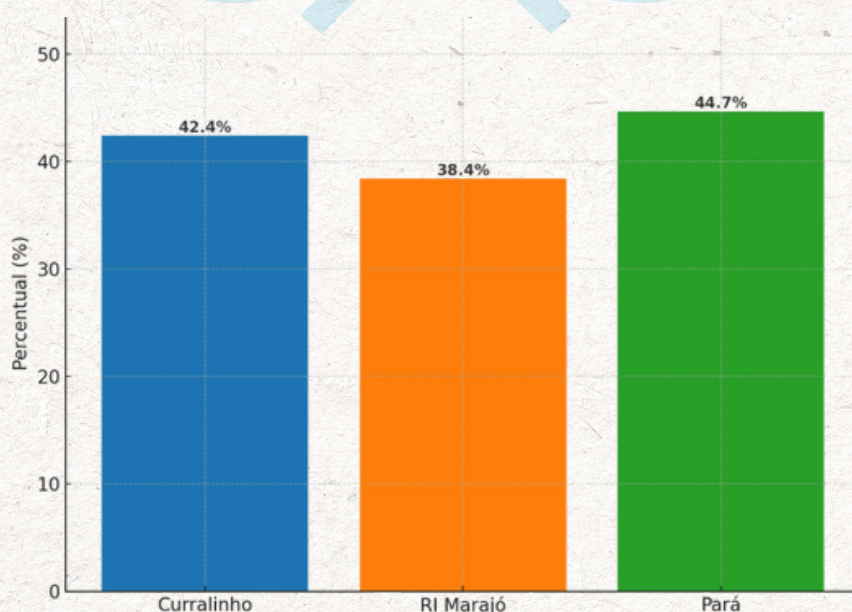
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 4 Pontos/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 9 Pontos/100 hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS)

Os 31 indicadores apresentados neste material representam uma seleção dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) monitorados para o município, que totalizam 88 indicadores no conjunto. Utilizando a metodologia de cálculo do Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS) recomendada pela ONU para 2025 — e adotada pelo Observatório ODS-FAPESPA — foi possível obter os resultados consolidados para o estado, a região e o município com base nesses 88 indicadores.

No ano de 2025 o município de **Curralinho** registrou um IDS de **42,4%** (gráfico 32).

Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Curralinho x RI Marajó x Pará (2025)



Referências

Curralinho, 2023. **Nota Técnica - Metodologia para Elaboração dos Relatórios ODS Municipais**. In: Observatório ODS-FAPESPA. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA). Belém-PA, 2024. Disponível em: <<https://tinyurl.com/5bcr9vf8>> Acesso em 17/02/2025.

SDSN - Sustainable Development Solutions Network. **Metodologia: Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades**. Disponível em: <<https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/methodology>> Acesso em 21/03/2025.



Anexo I

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027

O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Para avançar nesse sentido, constituem-se como referências ao processo de elaboração do PPA 2024-2027, os documentos que compõem a sua base estratégica:

- Plano de Governo 2023 – 2026.
- Planos Setoriais de médio e longo prazos.
- Agenda 2030 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS).

No Plano de Governo 2023-2026 estão propostas as diretrizes, eixos, os projetos estruturantes e as prioridades governamentais para esse período, que abrange 3 anos do PPA ora proposto e reverbera, de acordo com o princípio da continuidade, planos e ações a serem conduzidas na gestão que se sucede.

A partir desta referência, foram definidas as diretrizes estratégicas do PPA 2024-2027.

Figura 1 - Plano de Governo 2020-2023 e Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



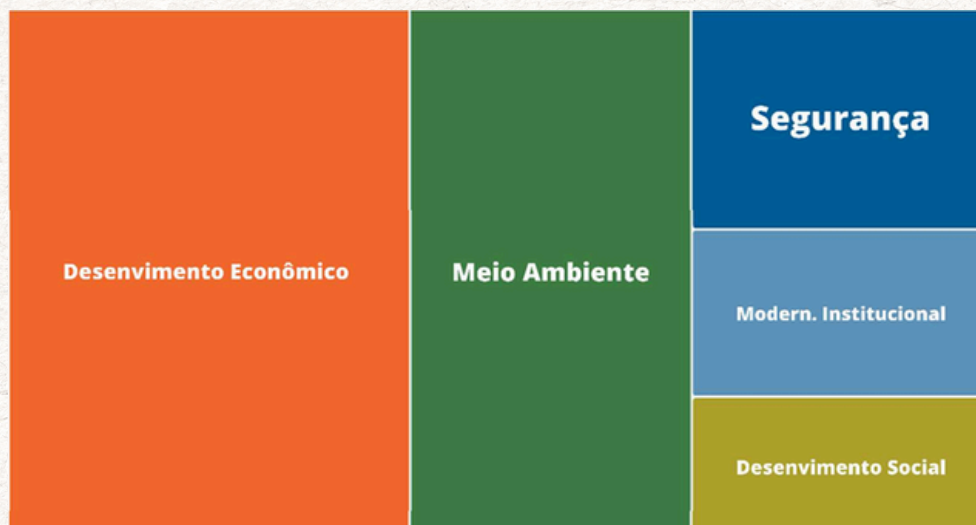
Fonte: Seplad, 2023.

Os planos estratégicos setoriais, por sua vez, apresentam perspectiva de médio e longo prazos para políticas públicas específicas, como meio ambiente, educação, saúde e segurança pública, dentre outras.

Cabe ressaltar, sob o protagonismo que a questão ambiental alcança em todas as áreas e setores da sociedade, a opção do Governo Estadual em evidenciar, em seu principal instrumento de planejamento, as ações do Plano

Estadual Amazônia Agora (PEAA), instituído em 2020 na atual proposta do PPA 2024-2027, a fim de dar maior transparência e solidez a essa política pública. Para tanto, necessitou-se proceder o alinhamento desde os níveis estratégicos dos dois instrumentos, para então, em conjunto com os responsáveis pela formulação e execução da política de meio ambiente no Estado, delinear no plano tático as necessárias identificações.

Figura 2 - Eixos Estratégicos e Ações PEAA – PPA 2024-2027 Densidade de Ações do PEAA, por Eixo



Fonte: Seplad, 2023.

Por sua vez, a Agenda 2030, enquanto articula as políticas públicas e os planos setoriais à agenda internacional, disposta por organizações multilaterais, apresenta-se novamente como referência para a elaboração de mais um ciclo de PPA estadual.

Conforme sintetizado no Manual do PPA 2024-2027 (pag. 13 a 14), a adesão voluntária do Governo do Estado à Agenda 2030 das Organizações das Nações Unidas (ONU), oficializada em 2019, ganha relevância a cada exercício, dada sua contextualização e adaptação à realidade amazônica.

O reconhecimento multissetorial dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) para o enfrentamento de problemas estruturantes e sua relação com os níveis de desi-

gualdades nacionais e subnacionais, vai ao encontro dos pilares do planejamento governamental estadual. Portanto, ao propor o alinhamento das metas dos ODS aos objetivos estratégicos do Plano Plurianual, em 2020, o Governo cria bases para a institucionalização da agenda afetas aos órgãos executores das políticas públicas setoriais, sob responsabilidade estadual.

Importante considerar que os objetivos da Agenda 2030 agregam as relações causais intrínsecas acerca do desenvolvimento adotado pelas nações, estados e municípios. Nessa linha, a proximidade com o nível estratégico estadual determina maior aderência na definição de eixos e prioridades, aprimora a visão para as oportunidades de interlocução regional e desdobramen-

interfederativos, mediante a robustez das soluções perante os conflitos e mudanças em diversas escalas.

No nível tático (Programas), o atrelamento às ações e metas regionalizadas previstas no arcabouço e atributos do PPA demarcam a execução desconcentrada, a composição de recursos e as estratégias de territorialização. A Figura 4 apresenta a consolidação do alinhamento dos Programas Temáticos propostos no PPA 2024-2027 e os ODS.



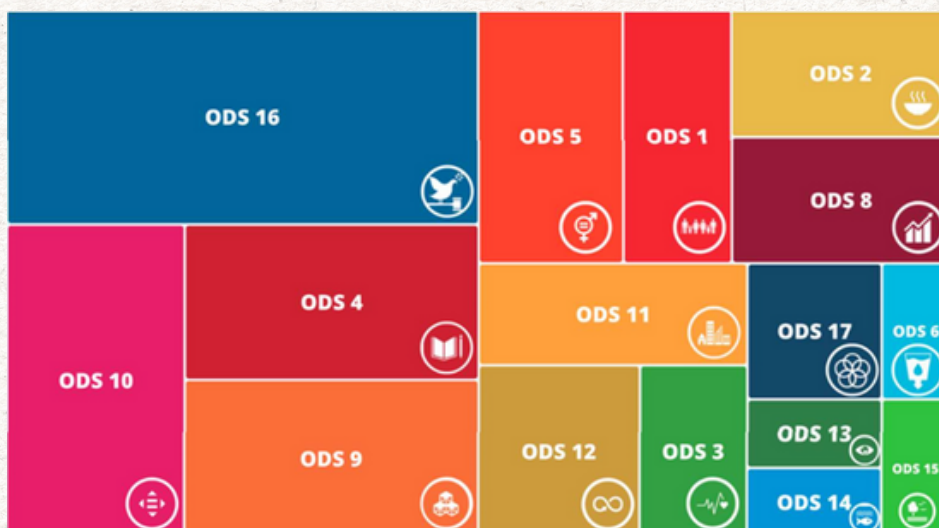
Convém ressaltar que, à medida em que os instrumentos de planejamento buscam o aperfeiçoamento do monitoramento e avaliação do desempenho e de resultados, a centralidade das agendas estaduais e globais aproximam-se da ação direta (prestação de serviços públicos) e sua implicação nos objetivos estratégicos de cada diretriz.

Portanto, as dimensões estratégicas do PPA que orientam as correlações aos ODS, a amplitude da institucionalização e os

avanços para a adoção de indicadores mais apropriados às variáveis características aos problemas transversais, demonstram a importância do aprimoramento da gestão e do processo de governança, pontos norteadores do Gestão Estadual.

As Diretrizes Estratégicas partem de um direcionamento da alta gestão e orientam a elaboração da ação governamental em seus instrumentos de planejamento. No PPA 2024-2027, a essas Diretrizes foram encadeados 11 eixos de atuação (temáticos), aos quais se congregaram objetivos estratégicos que guiarão a implementação das políticas públicas na gestão estadual.

Figura 3 - ODS e Programas Temáticos – PPA 2024-2027 Densidade de Programas nos ODS



Fonte: Seplad, 2023.


Sociedade de Direitos

O reconhecimento das desigualdades sociais no Estado do Pará e seus efeitos ao desenvolvimento humano demarca a função estatal quanto à implantação e ampliação do acesso às políticas governamentais. Fundamentada nos princípios dos direitos sociais, essa diretriz abrange os macros objetivos e o conjunto de iniciativas direcionadas à promoção e execução das políticas sociais, quais sejam: saúde, educação, direitos socioassistenciais, segurança pública, cultura, esporte e lazer, além de ações afirmativas da área trabalho e renda.

Figura 4 - Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.



A contextualização dos indicadores sociais, econômicos e ambientais descortina as dimensões socioterritoriais. Dentre os relacionados à distribuição de renda, o rendimento mensal domiciliar per capita (IBGE), em 2022, alcançou o valor R\$1.061,00, ocupando a 20ª posição entre as 27 unidades da Federação Brasileira e o Distrito Federal. Sobre o mercado de trabalho, observa-se que, no mesmo ano, houve decréscimo nas taxas de desocupação, evidenciando melhoria no nível de emprego, cuja taxa de desocupação de 8,2% foi menor em 2,8 pontos percentuais em relação ao ano de 2021, quando registrou o percentual de 11%. No primeiro trimestre de 2023, constatou-se que a taxa de desocupação no Pará reduziu para 9,8%, e no mesmo período de 2022, esta taxa era de 12,2%. Porém, segundo dados da PNADC/IBGE, ainda se mantém um número de 658 mil pessoas desempregada e desalentadas, o que exige políticas públicas de indução do emprego.


Importante considerar, ainda, o tamanho da economia informal no estado que atinge 60% da população economicamente ativa, que inclui trabalhadores da iniciativa privada e trabalhadores domésticos, sem carteira assinada, empregador e conta própria sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar.

Tais variáveis contém importante correlação aos marcadores de avaliação educacional, a exemplo da Taxa Distorção Série-Idade registrada pelo Censo Escolar 2022 (Nível Fundamental: 23.2%; Médio: 40,9%), da Taxa de Abandono Escolar (Nível Fundamental: 3,1%; Médio: 10,8%) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- Ideb (3ºano do Ensino Médio: 3,2%) que exprimem o hiato na formação educacional e reforçam o alcance de melhores patamares, mediante as tendências contemporâneas e potenciais no mercado formal, ampliação das oportunidades coletivas e autônomas de trabalho e renda. O acesso e fusão de co-

nhecimento - condicionante à entrada e permanência no mundo do trabalho - torna-se essencial, também, para avanços/preservação das atividades socioeconômicas desenvolvidas pelos povos tradicionais, quilombolas e indígenas.

Outro aspecto resultante das situações de vulnerabilidade social é a dependência das ações e benefícios que integram os direitos socioassistenciais, previstos no SUAS. No Estado do Pará, os registros no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico) já alcançam, em 2023, 65% da população do estado. Adicionalmente, o Governo implementa ações e programas de Segurança Alimentar e Nutricional, sendo lançado em 2023, o Programa Pacto contra a Fome, com previsão de recursos de R\$124 milhões para os próximos quatro anos, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), alinhado a diversos programas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).






Na área trabalho e renda, amplia-se oferta de capacitação a grupos específicos da cidade e do campo (mulheres, LGBTQIAPN+, ribeirinhos e quilombolas e povos indígenas), além de política de microcrédito, por meio do CredCidadão e linhas de fomento pelo Banpará. Comporta ainda, nesta dimensão, o apoio à formação, orientação e intermediação da mão de obra ao mercado de trabalho, com atenção à acessibilidade e inclusão produtiva. Em 2022, por meio do Sine, 1.227 pessoas com deficiência foram encaminhadas ao mercado formal de trabalho, sendo contratados 310 profissionais pelo Qualifica Pará e 20 mil pessoas foram capacitadas em todo estado.

Ancorada no Sistema Único de Saúde (SUS), a política de saúde requer atenção multidisciplinar e consolidação das responsabilidades interfederativas. O cenário pós-pandemia Covid-19 move a retomada das demandas e atendimentos eletivos represados em todos os níveis. Na atenção primária, dentre outras, são prioridades a prevenção da mortalidade infantil e materna, e também a cobertura vacinal, que alcançou 44% da meta estadual prevista no ano de 2022. No campo da média e alta complexidade, destacam-se os esforços para desconcentração dos serviços especializados de saúde em 16 estabelecimentos de saúde de execução direta da gestão estadual, com capilaridade nas doze regiões de Integração, assim como, a ampliação do apoio à reconstrução/reforma de unidades de saúde municipais. O apoio à gestão municipal se efetiva, também, por meio de cofinanciamento, capacitação, pactuação de serviços em rede, fortalecendo a reorganização dos sistemas de informações em saúde, condições intrínsecas às ações de vigilância em saúde previstas no SUS, inclusive, nos casos de atenção multidisciplinar, no atendimento de pessoas com transtorno de espectro autista -TEA.

A contextualização da Segurança Pública no âmbito estadual está preconizada no Plano Estadual, instrumento norteador das ações regionalizadas de prevenção e defesa social. Os indicadores sobre a violência contra a mulher, juventude, além de acidentes e mortes no trânsito revelam o tamanho dos desafios e exigem estratégias preventivas, intervenção multidisciplinar e intersetorial. Importante destacar que, a partir das metas institucionais do Sistema de Segurança Pública, o Pará passou a ser reconhecido pelos esforços adotados para a redução dos índices de criminalidade, considerando a série histórica entre 2018 e 2021, relacionado a Mortes Violentas Intencionais (MVI), apontado pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023).



Foto: Pedro Guerreiro/Ag. Pará



As intervenções preventivas em territórios vulneráveis, especialmente nas áreas metropolitanas, originaram a implementação de nove Usinas da Paz, estratégia do Programa Territórios da Paz, congregando um conjunto de ações, parcerias e prestação de serviços de diversas políticas públicas para a população do entorno. Há oferta de capacitação a jovens e adultos, esporte e lazer às crianças e encaminhamentos para acesso à rede de serviços públicos, iniciativas que apontam caminhos para a profissionalização e oportunidades que contribuem para a redução dos índices de violência local.

A cultura, esporte e lazer desempenham protagonismo para o bem-estar social, inclusão e identidade patrimoni-

al material e imaterial do povo paraense. A implementação e gestão de espaços, ampliação do apoio às diversas manifestações culturais, acesso à leitura e aos programas socioesportivos de incentivo ao atleta e ao esporte educacional, são compromissos, dada sua complementariedade ao desenvolvimento social, local e regional. A implantação de projetos como o Porto Futuro I e II e Parque da Cidade constituem iniciativas que impactam no ambiente urbano, coletivo e acessível à população, na Região Xingú, e importam em investimentos, como tantos outros previstos neste PPA, que também serão fundamentais na perspectiva da realização da COP30, em Belém, em 2025.

A implementação de progra-

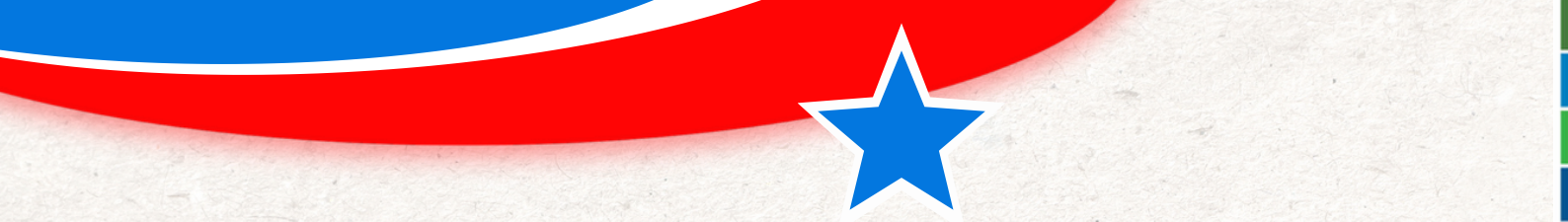
mas e ações de enfrentamento às violações de direitos responde às situações de vulnerabilidades afetadas a cada segmento populacional. Neste sentido, a rede de atendimento especializada (proteção e apoio socioassistencial, socioeducação e direitos humanos) será o suporte para convergência a outros programas destinados a mulheres, LGBTQIAPN +, povos indígenas, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, idosos e demais grupos e em situação de risco pessoal e social. Essa dimensão é regida pelo protagonismo do controle social, cujos conselhos de direitos e as demais organizações setoriais constituem arena política para avaliação da efetividade e transparência das políticas públicas.

Crescimento inteligente

O desenvolvimento orientado para a sustentabilidade ambiental, econômica e social constitui-se enquanto premissa do planejamento estadual. Entre as potencialidades naturais e os desafios territoriais urbanos e rurais, a ação governamental perpassa pela diversidade socioambiental e pressão climática global, exigindo a intensificação do apoio, indução, fomento, regulação e execução de políticas públicas diferenciadas.

As ações governamentais estaduais estão estruturadas em planos multisetoriais, tal como o Plano Estadual de Mudanças Climáticas,

Programa Estadual Amazônia Agora e Plano Estadual da Bioeconomia. O Programa de Atuação Integrada Territórios Sustentáveis, a ampliação do Programa Regulariza Pará e a criação de instrumentos de incentivo, como o Fundo da Amazônia Oriental (FAO), o Fundo Garantidor para Pequenos Produtores da Bioeconomia (FGP PIB) e o BANPARÁ-BIO, compõem iniciativas significativas para integração e viabilização das agendas públicas. Ademais, ressalta-se a implementação de mecanismo estadual para a Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal - REEDS. Os impactos



dessas medidas, ao mesmo tempo em que ampliaram a capacidade de captação de recursos e parcerias, contribuíram para resultados como a diminuição dos níveis de desmatamento, que em 2023, alcançou 32,6% em relação a 2022.

Portanto, o papel indutor do estado reconfigura-se à medida das transformações e adequações dos modelos adotados com forte dinâmica ao mercado externo, para maior encadeamento produtivo endógeno e inclusivo economicamente. Nesse sentido, o Projeto Descarboniza Pará é exemplo de estratégia multisetorial junto ao Ministério da Economia, que prevê a injeção de capital internacional na ordem de 300 milhões de dólares, cujo investimento será direcionado para implementação de políticas públicas de meio ambiente e desenvolvimento do Pará, com ênfase no processo de transformação para uma economia de baixo carbono. Um dos eixos de intervenção, baseado nos contornos geopolíticos e econômicos estaduais e regionais, refere-se à ampliação de condições de logística e infraestrutura, tal como transportes em diferentes modais e regiões, pavimentação e melhorias de estradas estaduais e ampliação do apoio às vicina-


is, com o intuito de garantir locomoção e escoamento da produção, especialmente, gerada pelas organizações coletivas, familiares e autônomas. Nesse sentido, estão em andamento a construção de 11 terminais hidroviários de passageiros nos municípios de Curralinho na Região Tapajós, em Melgaço na Região Marajó, em Curralinho e Mocajuba na Região Tocantins, e em Belém (Xingú) no Distrito de Icoaraci.

As especificidades setoriais potencializam o foco nas atividades produtivas essenciais, a partir de arranjos e cadeias produtivas prioritárias e seus efeitos na consolidação de polos regionais: organização produtiva, redes de comercialização, capacidade de geração de ocupação produtiva e renda. Nesse contexto, o Plano Estadual de Bioeconomia, construído em 2022, definiu os eixos: Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação; Patrimônio Cultural e Conhecimento Genético; Cadeias Produtivas e Negócios Sustentáveis, que integram dentre outros, os programas de desenvolvimento do cacau, açaí, mandioca, abacaxi, cupuaçu, mel, pupunha e urucum, experiências produtivas mais cultivadas. A amplitude da sociobiodiversidade enseja a identificação e valorização das atividades florestais não madeireiras, con-

forme mostram as pesquisas e estudos amazônicos.

Importa enfatizar a força da agricultura familiar como agregadora de ocupação e renda e contribuição econômica local. Em 2022, mais de 400 mil pessoas foram beneficiadas, direta e indiretamente, com ações de apoio e fomento em todas as regiões de integração. Essa vinculação implicará no processo de desenvolvimento socioespacial rural e urbano, com vistas à redução das desigualdades regionais.

Considera-se, também, o comércio e serviços como importantes setores econômicos à geração de emprego e renda, constatando-se que esses segmentos viabilizaram 47,46 % de empregos formais na capital e interior em 2022. Ademais, a cadeia potencial do turismo integra produtos turísticos diversificados e regionalizados que agregam a promoção do artesanato, gastronomia e cultura amazônica. A ampliação do setor deve abarcar novas rotas turísticas para além da capital e das regiões Baixo Amazonas e Marajó, sendo estes os destinos com maior demanda.



Enquanto condicionantes ao desenvolvimento e inovação, a ciência e tecnologia deverão receber maior incentivo estadual visando a ampliação da conectividade, estímulo ao acesso e apoio à estudos e pesquisa, inclusive para produção em escala local e regionalizada. Outro aspecto importante - reordenamento rural e urbano - demandará avanços na regularização fundiária, interlocução sub-regionais pactos federativos, especialmente as unidades de conservação

de uso sustentável e proteção integral, que representam 22% do território estadual. A dinâmica inerente ao crescimento e desenvolvimento estadual a médio e longo prazo vem sendo gerida a partir de programas intersetoriais e ganha relevância no âmbito estratégico, com a adesão do Estado à Agenda 2030; protagonismo do governo estadual em agendas regionais e globais, como a interlocução e apoio para a realização conjunta da COP 30 na cidade de

Belém; e a construção do Planejamento de Longo Prazo Pará 2050 (em andamento), evidenciando a perspectiva de novos caminhos, o que trará maiores responsabilidades na reversão e mitigação dos indicadores atuais, especialmente resultantes dos modelos econômicos atuais, exclusão socioprodutiva e impactos ambientais.



Trabalho com responsabilidade

A continuidade da visão estratégica com sustentabilidade alinhada aos anseios sociais pressupõe responsabilidade pública e equilíbrio fiscal. Os componentes estruturantes para efetivação dos planos, quais sejam, os projetos componentes da ação pública governamental, obedecem ao arcabouço fiscal, tributário e previdenciário. Nessa lógica, o atendimento aos limi-

tes constitucionais e legais deve permear os critérios dos gastos previstos na formulação e execução dos instrumentos de planejamento como PPA, LDO e LOA. Portanto, o ciclo de entrada e saída de recursos públicos dinamiza o conjunto de prioridades e metas regionalizadas, orientando a definição de investimentos e ações continuadas por meio de pro-

gramas estratégicos. A definição de corresponsabilidade em diversos níveis organizacionais, atenção às especificidades orçamentárias, melhoria na arrecadação e captação de recursos vêm sedimentando condições para melhoria da capacidade de gestão, governabilidade e transparência perante as diretrizes e objetivos estratégicos definidos pela Gestão Estadual.



Gestão Pública Presente

Esta diretriz retrata a institucionalização da oferta de serviços à população, em todas as regiões, no lugar em que se faça necessária a presença do estado, conforme previsto nos programas estratégicos. Consciente das exigências quanto à competência e capacidade pública para a resolução das demandas da sociedade, urge a integração do conjunto de recursos, quer sejam eles humanos, materiais ou de conhecimento, que favoreçam o aumento da eficiência dos processos, eficácia e efetividade da ação governamental, em todos os territórios do estado.

Certamente, os desafios externos influenciáveis à gestão estadual requerem interpretação de cenários e ampliação da capacidade de resposta governamental. Dessa forma, as mudanças contemporâneas da sociedade nortearam o redimensionamento do estado com a criação de novas unidades, a exemplo da Secretaria da Mulher, Povos Indígenas, Direitos Humanos. No campo da modernização ambiental nos órgãos públicos estaduais, o Programa Energia Limpa visa a redução da utilização de fontes de energia não renováveis, dos custos de energia elétrica e contribuir para a mitigação

das mudanças climáticas.

Nessa linha, a implementação dos programas de qualificação da gestão, as mudanças nas estruturas organizacionais e a modernização objetivam a inovação e o aperfeiçoamento dos métodos de planejamento, execução e avaliação institucional. O compromisso de dotar o estado de um instrumento de planejamento de longo prazo, a busca por novos modelos de gestão e captação de recursos e a transformação digital, são projetos conectados à necessária melhoria da accountability, transparência e o aprimoramento da governança pública.

*Texto extraído do **Plano Plurianual 2024-2027**, "O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Lei n.º 10.260, de 11 de dezembro de 2023 (Institui o Plano Plurianual do Estado para o período de 2024 a 2027).



FAPESPA

Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas

Avenida Presidente Vargas, nº670, Belém - PA

www.fapespa.pa.gov.br

